



SIEEESP

ANO 21 • Nº 238 • JANEIRO • 2018



ESCOLA PARTICULAR

PUBLICAÇÃO MENSAL DO SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATÉ QUANDO O
(Cyber)bullying
SERÁ IGNORADO?



imprensa@sieesp.com.br

DIRETORIA

Presidente

Benjamin Ribeiro da Silva
Colégio Albert Einstein

1º Vice-presidente

José Augusto de Mattos Lourenço
Colégio São João Gualberto

2º Vice-presidente

Waldman Biolcati
Curso Cidade de Araçatuba

1º Tesoureiro

José Antônio Figueiredo Antiório
Colégio Padre Anchieta

2º Tesoureiro

Antônio Batista Grosso
Colégio Átomo

1º Secretário

Itamar Heráclio Góes Silva
Educ Empreendimentos Educacionais

2º Secretário

Antônio Francisco dos Santos
Colégio Novo Acadêmico

DIRETORES DE REGIONAIS

ABCDMR

Oswana M. F. Fameli - (11) 4437-1008

Araçatuba

Waldman Biolcati - (18) 3623-1168

Bauru

Gerson Trevisani - (14) 3227-8503 (in memoriam)

Campinas

Antonio F. dos Santos - (19) 3236-6333

Guarulhos

Wilson José Lourenço Júnior - (11) 4963-6842

Marília

Luiz Carlos Lopes - (14) 3413-2437

Ribeirão Preto

João A. A. Velloso - (16) 3610-0217

Osasco

José Antonio F. Antiório - (11) 3681-4327

Presidente Prudente

Antonio Batista Grosso - (18) 3223-2510

Santos

Ermenegildo P. Miranda - (13) 3234-4349

São José dos Campos

Maria Helena Bitelli Baeza Sezaretto - (12) 3931-0086

São José do Rio Preto

Kenira Blanco Fernandes Lujan - (17) 3222-6545

Sorocaba

Edgar Delbem - (15) 3231-8459

JANEIRO DE 2018 - Edição 238

Editor

Adhemar Oricchio - MTB 8.171 (in memoriam)

Repórteres

- Gisele Carmona
- Ygor Jegorow

Assessoria de Imprensa e

Produção Editorial

Editor-chefe: Adhemar Oricchio

Editor gráfico: Balduino Ferreira Leite

Site: Gisele Carmona

Redes Sociais: Ygor Jegorow

Impressão: DuoGraf

Colaboradores

- Ana Paula Saab • Antonio Higa
- Carlos Alberto Nonino
- Clemente de Sousa Lemes
- Ivaci de Oliveira • Jocelin de Oliveira
- José Maria Tomazela • José Rodrigues
- Ulisses de Souza

www.sieesp.com.br

Rua Benedito Fernandes, 107 - São Paulo - SP
CEP 04746-110 - (11) 5583-5500

Os artigos assinados nesta publicação são de inteira responsabilidade dos autores.

4

Matéria de Capa

Até quando o (cyber)bullying será ignorado?

12

Ensino Religioso

Escolas Públicas com muitas religiões, sem diálogo entre elas!

36

Entrevista

Educação 4.0 – Cassiano Zeferino de Carvalho Neto

14

Libras

Redação do Enem: Educação de surdos? Surdos? Quem são?

38

Ensino

Ensinar conteúdos ou desenvolver competências?

16

Bett Educar

Novo ensino médio traz oportunidade para inovar na etapa

42

Brincar

A importância do brincar

18

Comportamento

Indisciplina e violência na escola: uma realidade posta na sociedade contemporânea

46

Violência

Violência contra professor não se resume a agressor versus vítima

26

Jurídico

Declarações de recebimentos e pagamentos

48

Livro Didático

O livro didático e sua utilização

28

Viagem Educacional

O sistema educacional no Japão

50

Educação Emocional

Estratégias de abordagem para o desenvolvimento da educação emocional na escola

30

Música

5... 4... 3... 2... 1... Começa agora um novo ano com música!!!

52

Obrigações

32

Jogos

Psicopedagogia institucional

54

Cursos

O BULLYING E SUAS CONSEQUÊNCIAS



Benjamin Ribeiro da Silva

Presidente do Sieceesp

benjamin@einstein24h.com.br

O bullying se caracteriza por atitudes agressivas, intencionais e repetidas que ocorrem, sem motivação aparente, causando dor e angústia dentro de uma relação desigual de poder, tornando possível a intimidação da vítima.

Diante de tantos casos ocorridos recentemente, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, no dia 22 de novembro, uma audiência pública sobre as graves consequências do bullying no ambiente educacional e para os jovens.

O objetivo do debate é contribuir para aumentar a consciência da sociedade e dos poderes públicos, visando reforçar políticas de combate e prevenção.

Um estudo recente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre a dimensão que atingiu o bullying no Brasil, apontou que tanto os praticantes quanto as vítimas pioram seu desempenho escolar, faltam mais às aulas e apresentam índices de abandono dos estudos significativamente acima da média.

Esse ato tem o potencial de provocar profundos danos emocionais a adolescentes ainda em formação, levando-os a entrar em conflito com a realidade. O bullying não é um problema simples. Para que ele seja resolvido, é necessária

uma mudança que atinja a toda a sociedade.

Além disso, ele não afeta somente a criança e o adolescente, mas também suas famílias e, em casos mais graves, deixa marcas por toda a vida. Existem também os casos de cyberbullying, que podem ser ainda mais danosos, já que, nem no fim de semana a criança consegue escapar.

Casos de bullying podem afetar a saúde tanto física como mental. É uma situação de extrema tensão, que provoca um desequilíbrio no corpo e no psíquico de quem enfrenta.

É importante acolher a vítima e não culpá-la, afinal, ela não é responsável pelo bullying. Há crianças que são alvos frágeis, por isso a importância de se trabalhar a autoestima e a assertividade.

Tanto que, recentemente, a Sociedade Brasileira de Pediatria, lançou um guia prático para lidar com situações de bullying voltado tanto aos médicos quanto aos pais. Nesse documento, eles alertam para os sinais de traumas frequentes, como ferimentos e hematomas, roupas rasgadas ou crianças que demonstram pânico na hora de ir à escola, como alguns dos indícios mais comuns.

As recomendações foram embasadas em diferentes estudos e pesquisas, e ressaltam outros sinais importantes para a família identificar as vítimas.

É importante acolher a vítima e não culpá-la, afinal, ela não é responsável pelo bullying

Nessa lista também estão coisas como, sono agitado, alterações muito rápidas de humor, comportamento agressivo, tendência ao isolamento ou busca de amigos fora da escola.

Antes de qualquer atitude, é importante conhecer o problema e saber orientar adolescentes e famílias sobre seus riscos e consequências. Tomar providências responsáveis em relação a isso é mais um ato de promoção da saúde que não pode ser ignorado.



ATÉ QUANDO O (Cyber)bullying SERÁ IGNORADO?

No Brasil já há uma lei que prevê o combate à intimidação sistemática ou bullying (Lei nº. 13.185/2015), vigente em todo o território nacional



freepik.com

No último dia 20 de outubro, um estudante de 14 (catorze) anos, filho de policiais militares, levou escondido uma arma de fogo de sua mãe para a escola e atirou de forma indiscriminada em seus colegas de classe, numa escola particular em Goiânia/GO, acarretando na morte de 02 (dois) colegas, de 13 (treze) anos de idade, e deixou 04 (quatro) colegas feridos.

Segundo matérias veiculadas por importantes veículos midiáticos¹, o garoto relatou à Polícia que decidiu fazer os disparos, pois sofria bullying em razão de ser, constantemente, alvo de inúmeras chacotas por seus colegas de escola, o que foi confirmado pelos demais estudantes, QUE relataram que o menino era chamado de “fedorento” e “sujo”. Narraram, inclusive, o episódio de terem comprado um desodorante para dar de “presente” ao jovem.

Conforme relatos, o jovem do oitavo ano do ensino fundamental estava sentado no fundo da sala de aula e, entre o intervalo de aulas daquele dia, pegou a arma e logo atirou em João Pedro Calembó, seu principal desafeto, que faleceu na hora. Ato contínuo, com todos os colegas assustados e correndo para fora da sala, passou a atirar aleatoriamente, pelo menos onze vezes, atingindo outros colegas, o que resultou no ferimento de quatro crianças e a morte de João Vítor Gomes.

As demais crianças se esconderam em outras salas. No momento em que o jovem foi recarregar a arma, a coordenadora do colégio entrevistou de modo a fazê-lo cessar a conduta².

No todo, o resultado foi uma verdadeira cena de terror, com inúmeras marcas de balas nas paredes da sala e no chão. Contudo, é certo que tais marcas deixadas por esta tragédia ultrapassa as salas de aula e eternamente ficarão registradas na memória de todas as crianças, professores e demais envolvidos neste triste episódio da história do país.

Mesmo sendo incerto o real motivo do ataque, fato é que tragédias como esta perpetrada por jovens, muitas vezes no ambiente escolar, originárias da prática de bullying e cyberbullying, não são inéditas, havendo precedentes no mundo todo.

Muitos se recordam do “Massacre de Columbine”, em 1999, que inspirou uma discussão a respeito da cultura das armas de fogo nos Estados Unidos, bem como o documentário premiado pelo Oscar de 2013 chamado “Tiros em Columbine”. Com armas compradas pela internet, dois jovens entraram no colégio aonde estudavam e dispararam inúmeras vezes em seus colegas. Além da dupla que se matou, 12 pessoas morreram e outras 25 ficaram feridas. Mesmo passados 15 anos do episódio, este caso já foi mencionado algumas vezes como sendo modelo para chacinas em escolas da mesma natureza.³

No Brasil, um dos casos mais famosos, que fomentou a luta contra o bullying, foi o chamado “Massacre de Realengo”, ocorrido em 2011. Os maus tratos por parte dos colegas foram apontados como a principal causa dos crimes cometidos por Wellington Menezes de Oliveira. O jovem, que tinha problemas psicológicos e poucos amigos, entrou em uma Escola Municipal

do Rio de Janeiro, identificando-se como um palestrante dentro de uma sala de aula, disparou mais de 100 (cem) tiros contra vários alunos. O resultado foi a morte de 12 (doze) jovens e o autor do crime se matou logo em seguida. O crime recebeu uma vasta cobertura da imprensa, que divulgou fotografias e cartas deixadas por Wellington⁴.

Diante deste cenário vale a reflexão: **QUANTAS TRAGÉDIAS SIMILARES A DO COLÉGIO GOYASES SERÃO NECESSÁRIAS PARA QUE AS AUTORIDADES, INSTITUIÇÕES DE ENSINO, PAIS E RESPONSÁVEIS ENTENDAM QUE AS PRÁTICAS DE BULLYING E CYBERBULLYING SÃO PROBLEMAS PRESENTES NA VIDA DE MUITAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES, E QUE DEVEM SER ENCARADOS COM ATENÇÃO E PRIORIDADE NO DESENVOLVIMENTO PSICOPEDAGÓGICO DOS PEQUENOS?**

Para aprofundarmos referida reflexão, importante darmos um passo para trás e encontrarmos respostas a perguntas simples, como o que é o bullying? E o cyberbullying? Como podemos detectá-lo? Como combater? Qual o papel das escolas? E dos seus pais? Como diferenciar o bullying de uma mera brincadeira entre crianças?

Nem todos sabem, mas no Brasil já há uma lei que prevê o combate à intimidação sistemática ou bullying (Lei nº. 13.185/2015), vigente em todo o território nacional, desde fevereiro de 2016, a qual constitui um valioso aliado à manutenção da saúde psíquica e física de crianças e adolescentes, que deve caminhar em conjunto ao amplo diálogo, campanhas específicas e



acompanhamento intenso dos responsáveis e educadores.

Referida Lei, logo em seu artigo primeiro, define bullying como **“todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.”** E, ainda, como **“ataques físicos, insultos pessoais, comentários sistemáticos e apelidos pejorativos, ameaças por quaisquer meios, grafites depreciativos, expressões preconceituosas, isolamento social consciente e premeditado e pilhérias”**.

Em outras palavras, trata-se da violência física ou psicológica reiterada, por qualquer meio, praticada por uma pessoa ou por várias, com a intenção de intimidar, agredir ou humilhar a vítima, causando dores, sofrimento, desequilíbrio, angústia, entre outros danos.

Com frequência, esses atos são camuflados pelos chamados *bullers* (pessoa, dupla ou grupo que praticam o ato de “bullying”, palavra de origem inglesa que deriva de “bully”, que em tradução livre para o português significa valentão, brigão), com a justificativa de que o caso não passa de inofensivas brincadeiras e piadas, o que pode dificultar a percepção da lesividade e gravidade da conduta. Justamente pensando nisso, o legislador previu expressamente que pilhérias (em outras palavras: gozação, algazarra, graça) também são caracterizados como atos de *bullying*.

Às vezes é difícil distinguir uma simples brincadeira de uma situação de *bullying*. Mas, na verdade, uma dica pode te ajudar: **BRINCADEIRA É QUANDO TODOS OS ENVOLVIDOS SE DIVERTEM!**⁵

O fenômeno da violência no âmbito escolar não é novidade e infelizmente é muito frequente no dia a dia dos estudantes. Aliás, todos nós em algum momento da vida já ouvimos falar de um caso próximo a nós. Isso sem falar quando nós mesmos já vivenciamos na pele algum episódio de constrangimento dessa natureza, seja como agressor, agredido ou testemunha, não é mesmo?

Em razão da sociedade da informação que vivemos, fomentado pelas novas tecnologias, na maioria dos casos, essa violência e intimidação acaba ultrapassando os muros das salas de aula, e passa a ser perpetrada em meio virtual, prática que passou a ser chamada de *cyberbullying*.

O *cyberbullying* consiste em atos de *bullying* cometidos por meio eletrônico, na rede mundial de computadores e é



freepik.com

definido na lei como atos online destinados a **“depreciar, incitar a violência, enviar mensagens intrusivas da intimidade, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial”**.

Ou seja, o *cyberbullying* pode ocorrer por meio do envio, anônimo ou não, de conteúdo ofensivo, ameaçador e violento por meio de mensagens eletrônicas, arquivos como vídeo e fotos, telefonemas e/ou mensagens instantâneas públicas ou privadas em redes sociais, plataformas de conteúdo, blogs, etc.

No mais, o cyberbullying pode ser considerado um bullying potencializado em seu grau máximo, pois apenas um ato pode atingir milhares de pessoas em questão de segundos, garantindo atos de dano potencializado em grau sem escalas e muitas vezes de forma irreversível, sem fronteiras ou limites quaisquer que sejam. Ou seja, sem volta.

Dessa forma, o drama de quem sofre com o *cyberbullying* pode ir muito além das telas do computador, gerando transtornos psicológicos, inicialmente silenciosos, tornando em algo sem precedentes e muito perigoso para o menor.

Nesta modalidade de *bullying*, os *bullers*, acreditando estar sob o manto do anonimato, aparentemente proporcionado pela Internet, podem facilmente se multiplicar e propagar conteúdos por diversos meios e canais, impossibilitando que a vítima mensure o tamanho do dano e a completa identificação de todos os envolvidos, sendo que, via de regra, o conteúdo ofensivo permanecerá facilmente acessível no ciberespaço, a qualquer

tempo e por qualquer um. Esse é o maior perigo da prática.

Se de um lado, o *cyberbullying* é utilizado por muitos devido ao aparente anonimato, por outras muitas vezes o ato de violência online ocorre às claras, pelo fato do *buller* se identificar no mundo online ou posteriormente à seus pares no mundo *off-line*, garantindo a este atenção e consideração dos demais, o que é tão almejado nesta fase da vida.

Estudos realizados pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP) analisou os dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), em 2015, e identificou que entre as características mais frequentes dos chamados *Bullers* (praticantes de *bullying*) estão **“a solidão, a insônia e não ter amigos. Dentre as características familiares, praticavam mais bullying aqueles que faltam às aulas sem comunicar a família e que apanham de familiares”**.⁶

Para Lúcia Cavalcanti e Ana Carina Stelko⁷, algo comum entre as vítimas de *bullying* é a apresentação de **“choros inexplicáveis, dores no corpo sem motivo biológico, desânimo, problemas em regular a alimentação e o sono, desmotivação para ir à escola, expressar desejo em mudar de escola e queda brusca no rendimento acadêmico”**. Os sinais mais específicos para identificar quando um jovem é vítima de *cyberbullying*, segundo as referidas autoras referem-se à **“demonstração de ansiedade em utilizar o celular ou o computador, manifestações de estresse após uso de tais tecnologias e evitar conversas sobre o uso dessas tecnologias.”**



Tenha a **Cultura Inglesa**
dentro da sua instituição de ensino,
da educação infantil ao nível superior.

Com o **Cultura In**, sua instituição passa a contar com
o melhor curso de inglês do mercado

- Cursos próprios, desenvolvidos pelos nossos experientes profissionais (educadores, pedagogos, professores, especialistas em tecnologia);
- Conteúdos constantemente atualizados com base em extensivas pesquisas de mercado e tendências em ensino de línguas;
- Aulas desenvolvidas pensando nas necessidades do aluno brasileiro.
- Centro preparatório e aplicador de exames de proficiência internacionais.

Conheça o Holiday Club: o programa de férias para crianças de 6 a 9 anos,
com atividades que fazem a criança aprender brincando.



Para mais informações,
entre em contato conosco:

culturain@culturainglesasp.com.br

Tel. (11) 3039-0533





Como meio de combater práticas de *bullying*, a lei *antibullying* prevê que é dever “do estabelecimento de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática (*bullying*)”. Para isso referidas instituições, tanto públicas como particulares, devem produzir e publicar “relatórios bimestrais das ocorrências de intimidação sistemática (*bullying*) nos Estados e Municípios para planejamento das ações”.

Ainda, na Lei em comento está previsto que o programa de combate ao *bullying* poderá fundamentar as ações do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, bem como de outros Órgãos, aos quais a matéria diz respeito. Com isso, se as instituições tiverem programas próprios e participarem ativamente da conscientização e prevenção ao *bullying*, escola, governo, família e sociedade, poderão enfrentar juntos o *bullying*, encontrando soluções baseadas em problemas reais e de forma preventiva.

Contudo, a efetividade da Lei *Antibullying* é baixa, devido a lacuna existente, pois não prevê expressamente penalidades às instituições que deixarem de promover medidas de combate à prática do *bullying* pelos seus alunos. Não obstante, é sabido que tal omissão das instituições de ensino quanto ao cumprimento desse programa pode gerar responsabilização legal prevista em outras leis, principalmente conforme previsão no Estatuto da Criança e Adolescente (Lei Federal nº 8.069), a qual expressamente dispõe que na eminência de haver qualquer prejuízo moral ou físico à criança e adolescente, a intervenção do adulto é imprescindível, sendo que sua omissão ou retardamento, culposo ou doloso, é passível de punição tanto na esfera administrativa, como da esfera judicial.

Diante destas considerações, em razão do melhor interesse da criança e adolescente (princípio fundamental, da importância da educação, criação e instrução dos menores), bem como por força da nova legislação, as escolas devem ter um acompanhamento próximo e contínuo acerca do combate e prevenção ao (*cyber*)*bullying* no ambiente escolar, orientando, prevenindo, promovendo palestras, debates, *workshops*, filmes, entre outras atividades, tendo em mente que embora a nova legislação privilegie o diálogo, conscientização e prevenção como principais instrumentos de combate ao *bullying*, não revoga quaisquer direitos ou obrigações relativas aos danos resultantes. Ou seja, combatendo em conjunto



essa realidade da violência sistemática em âmbito escolar.

No mais, importante esclarecer que uma vez identificado atos de (*cyber*)*bullying* praticados por menores de idade, estes não estarão impunes. Os agressores, sendo menores de idade, estão sujeitos às medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, como encaminhação do menor aos pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade, matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental, advertência, chegando até mesmo em restrição de sua liberdade, a depender do caso e seus desdobramentos.

Fato é que o episódio ocorrido com o jovem aluno da escola de Goiânia, que não teve a causa confirmada, inevitavelmente potencializa a reflexão acerca da (não) efetividade da Lei de *Antibullying*, vigente há 18 (dezoito) meses no país e sem qualquer notícia da realização de relatórios por parte das instituições de ensino, por exemplo.

Fato é que, mesmo após a vigência da lei, muitas escolas públicas e privadas ainda engatinham quando o assunto é projetos e métodos de combate às práticas de (*cyber*)*bullying*, sendo que muitas instituições de ensino acreditam que uma

mera conversa em incidentes pontuais é capaz de solucionar o problema.

Como dito, a Lei de *Antibullying* possui pouca efetividade devido a problemas de fiscalização dos casos e adoção de práticas preventivas. Questionado sobre quantos Estados e Municípios haviam produzido esses relatórios, o Ministério da Educação (MEC) afirmou que os mesmos não precisam ser encaminhados por causa da autonomia das redes de ensino⁸.

Para Alessio Costa Lima, da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação, os projetos *antibullying* nas escolas ainda são “pontuais”, já que não há ação sistematizada no país e ainda alerta que muitas escolas sequer possuem ciência acerca da lei⁹.

Importante, ainda, esclarecer que a Lei do *antibullying* tornou evidentes e inquestionáveis obrigações que já eram previstas em leis esparsas como em nossa Constituição Federal, Estatuto da Criança e Adolescente, Código Civil, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira e no próprio Marco Civil da Internet, aonde já estabelecem aos educadores e responsáveis o dever de segurança e cuidado com o menor de idade.

Nessa linha, frisa-se que o cumprimento do dever constitucional do Estado na prestação da educação, em todos os

A Lei de Antibullying possui pouca efetividade devido a problemas de fiscalização dos casos e adoção de práticas preventivas

freepik.com

níveis de ensino, inclui a capacitação, integrada a outras práticas educacionais, para o uso seguro, consciente e responsável da internet como ferramenta para o exercício da cidadania, a promoção da cultura e o desenvolvimento tecnológico.

Diante deste cenário, não há como negar que a lei precisa urgentemente ser cumprida e o combate ao (cyber)bullying encarado pelas instituições de ensino como prioridade e responsabilidade, se atribuindo a importância necessária ao tema.

A melhor maneira de prevenir e combater o (cyber)bullying ocorre por meio da promoção de diálogos e reflexões sobre o tema de forma preventiva, envolvendo ativamente os pais, alunos, professores e sociedade, a fim de conscientizar, evitar e conter a prática lesiva, por meio de palestras, feiras educativas, atividades e eventos rotineiros nas escolas, por exemplo. Por isso, a prevenção e rápido diagnóstico do problema são fatores essenciais para o êxito do Programa de Combate ao Bullying na forma da Lei.

Importante mencionar: as crianças ou adolescentes devem ter em mente (e se sentir confortáveis para isso), que ao se depararem com um primeiro sinal de (cyber)bullying, seja no papel de agressor, agredido ou testemunha, devem buscar

orientação junto aos seus pais e educadores, os quais, por sua vez, devem agir promovendo o auxílio psicológico, jurídico e social que demandar os envolvidos, acolhendo e orientando vítima e agressor, para cessar a prática hostil e coibir os danos da melhor forma possível. Somado a isso, é de suma importância que os pais conheçam os caminhos virtuais percorridos por seus filhos, para o qual poderão contar com softwares e aplicativos de controle parental, por exemplo.

No mais, não podemos nos esquecer que os jovens praticantes de (cyber)bullying também são seres em formação e precisam de apoio psicológico da mesma forma que as vítimas dos ataques. Considerando o caráter subjetivo no caso, aconselha-se que se conheça quais são as deficiências em habilidades sociais de tais crianças, fornecendo, em seguida, suporte para que elas se desenvolvam, indicando inclusive se necessário o apoio em conjunto de outros profissionais¹⁰.

Então, uma vez identificado um incidente pela escola, aconselha-se intervenção imediata, afastando as crianças colidentes, garantindo proteção à vítima e garantindo que a mesma recupere a confiança em si mesma, direcionando o Buller para que desenvolva o seu poder

www.ccfmadvocacia.com.br



**Celso Carlos
Fernandes e Melo**
advocacia

ASSESSORIA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA ÁREA EMPRESARIAL E MAIS DE 30 ANOS DE EXPERIÊNCIA.

A CCFM oferece estratégias personalizadas para as relações internas do seu negócio, permitindo resultados positivos e permanentes para a sua instituição de ensino.

CONHEÇA NOSSOS SERVIÇOS:

- Assessoria no processo de compra e venda;
- Ação Judicial para Dissolução de Sociedade;
- Ação Judicial para Exclusão de Sócio;
- Ação de Prestação de Contas da Sociedade;
- Negociações Empresariais;
- Reuniões Societárias.

Outras áreas de atuação:

Trabalhista | Tributário | Cível | Terceiro Setor

11 3513-5080 Rua Voluntários da Pátria, 1088 2º andar - Santana - SP - advocacia@ccfmadvocacia.com.br [f ccfmadvocacia](https://www.facebook.com/ccfmadvocacia)



de liderança para o desenvolvimento de atividades adequadas para o seu perfil psicológico.

Para W. M. Pepler¹¹, não é adequado deixar que as próprias crianças livremente selecionem suas duplas ou grupos em atividades escolares, para se evitar qualquer tipo de exclusão de colegas, sendo que frequentemente as vítimas de *bullying* são colocadas de lado pelos demais colegas de sala.

Por fim, é importante que os responsáveis, pais e educadores tenham sempre em mente que são os principais exemplos dos pequenos, os verdadeiros espelhos em suas vidas, seja dentro de casa ou no ambiente escolar. Portanto, devem sempre incentivar o diálogo, o respeito, a aceitação, a solidariedade e demais valores éticos e morais que possibilitem a vida saudável do menor em coletividade.

Falando do combate ao *cyberbullying*, consideramos que além das medidas apontadas para combate ao *bullying*, é de extrema importância que exista uma orientação adequada às vítimas. Como por exemplo, que alterarem suas contas de e-mail, seus perfis em redes sociais, números de telefone, senhas, não abrirem mensagens eletrônicas e de texto de pessoas desconhecidas, não interajam com usuários desconhecidos no mundo off-line e procederem sempre com denúncias aos provedores de internet e responsáveis acerca de eventuais atos violentos no mundo online. A Internet, assim como o mundo off-line, deve respeitar às nossas leis e os seus respectivos usuários, apesar do aparente anonimato, podem sim ser identificados e punidos quando agem de forma ilegal.

Vem se tornando comum, cada vez mais na cidade de São Paulo, a implemen-

tação de métodos *antibullying* em escolas particulares de ensino infantil e fundamental, as quais reconhecem a sensibilidade e prioridade da questão em tela. As estratégias desenvolvidas e implementadas vão desde o estímulo do diálogo frequente entre os alunos até a implementação de feiras de estudo e formação de grupos para treinamento sobre como identificar e lidar com as situações concretas.

O Colégio Marista Glória, adota medidas constantes para combater a prática do *bullying*, por meio diálogo com os alunos, de todas as idades, atuando de maneira preventiva, inclusive refletindo em conjunto com os alunos sobre a caracterização, ou não, do *bullying*, diferenciando-o de outros conflitos, próprios da convivência entre pares. Para Cláudia Ayres, Coordenadora Psicopedagógica do Marista Glória, “A escuta constante dos alunos e a partilha dos sentimentos que determinadas atitudes despertam em cada pessoa são tratados em pequenos grupos, permitindo que cada um se posicione, se avalie e reassignifique suas ações e reações, exercitando a empatia”.

Ainda, Cláudia Ayres explica que: “como nossa proposta pedagógica envolve diretamente a parceria com as famílias, até porque as relações e seus conflitos não acontecem apenas no ambiente escolar, promovemos uma palestra com a Expert no assunto Dra. Alessandra Borelli, da Nethics, abordando as questões do *bullying* em todos os seus aspectos, inclusive o digital (Ciberbullying) e todas as questões legais que envolvem o uso de redes sociais e aplicativos de compartilhamento de mensagens”, atingindo assim não só os alunos, mas os pais, responsáveis e educadores. Nessa oportunidade, mais uma vez, os jovens tiveram a oportunidade de

sanar suas dúvidas e expor eventuais atos.

Já no Colégio Oswald de Andrade, a estratégia utilizada está baseada no diálogo frequente e na criação, desde a educação infantil, de uma cultura de diálogo permanente e rotineiro. “Precisamos incutir o valor cultural de se discutir os problemas e questões do grupo”, diz o diretor-geral Harlei Florentino.¹²

Com vistas a promover campanha de prevenção à abusos e combate ao *bullying*, o Facebook lançou uma ferramenta extremamente educativa e interativa para ajudar jovens, pais e professores a evitarem práticas de abusos por usuários em redes sociais. O canal de comunicação pode ser acessado via link <https://www.facebook.com/safety/bullying/teens>. Mostra-se uma excelente iniciativa da empresa!

Desta forma, verifica-se que métodos de combate ao (cyber)bullying existem e estão devidamente previstos em nossa legislação, cabendo às escolas, professores, responsáveis e entidades estarem sempre atentos a promoverem diálogos sobre o tema partindo de dentro de casa, sendo certo que métodos preventivos e rotineiros são os mais efetivos. Dessa forma, as crianças se sentem mais próxima e familiarizada ao tema de respeito ao próximo e senso de empatia com os colegas.

Fato é que só com a adoção de métodos de combate ao (cyber)bullying pelas escolas, tragédias como a ocorrida na escola de Goiânia poderão ser evitadas. Precisamos estar atentos a todos os sinais de comportamento das nossas crianças e jovens, sejam eles os agressores, agredidos ou espectadores. Pois bem, vale a reflexão, **QUANTAS VÍTIMAS MAIS SERÃO NECESSÁRIAS, PARA QUE VOCÊ EDUCADOR, RESPONSÁVEL E CIDADÃO COMECE A SE PREOCUPAR COM O COMBATE DE ATOS DE (CYBER)BULLYING?**

NOTAS:

- 1 - Disponíveis em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/1928712-atirador-invade-escola-particular-de-goiania-e-ataca-alunos-e-professores.shtml> e <http://cassanoticias.com.br/noticia/5773/Vitima-de-bullying-matricula-dois-dentro-de-escola-em-Goiania> E <https://g1.globo.com/goias/noticia/adolescente-suspeito-de-matar-a-tiros-dois-colegas-sofria-bullying-diz-estudante.ghtml>, ambos acessados em 15.11.2017.
- 2 - <https://g1.globo.com/goias/noticia/coordenadora-que-convenceu-aluno-a-parar-de-atirar-disse-que-ele-colocou-a-arma-no-corpo-dela-pedi-para-ficar-calmo.ghtml> - acesso em 13.11.2017.
- 3 - <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/estados-unidos/15-anos-depois-massacre-de-columbine-e-modelo-para-ataques,0319ff16c8e65410VgnVCM300009af154d0RCRD.html> acesso em 13.11.2017.
- 4 - <https://super.abril.com.br/blog/superlistas/8-massacres-em-escolas-que-chocaram-o-mundo/> - acesso em 13.11.2017
- 5 - https://scontent.fcgh9-1.fna.fbcdn.net/v/t39.2365-6/14754317_305793799803174_1355500715228790784_n.pdf?oh=1c060ea229c0398705046f4f9cfd545&oe=5AAE1BC3 - acesso em 16.11.2017.
- 6 - <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,sem-fiscalizacao-lei-antibullying-engatinha-no-pais,70002057787> - acesso em 14.11.2017.
- 7 - WILLIANS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Por fora bela viola: Pesquisa e Intervenção sobre Cyberbullying em Vivendo nesse mundo digital. São Paulo: Artmed, 2013. Pág. 55
- 8 - <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,sem-fiscalizacao-lei-antibullying-engatinha-no-pais,70002057787> - acesso em 14.11.2017.
- 9 - <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,sem-fiscalizacao-lei-antibullying-engatinha-no-pais,70002057787> - acesso em 14.11.2017.
- 10 - WILLIANS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Por fora bela viola: Pesquisa e Intervenção sobre Cyberbullying em Vivendo nesse mundo digital. São Paulo: Artmed, 2013. Pág. 57
- 11 - WILLIANS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Por fora bela viola: Pesquisa e Intervenção sobre Cyberbullying em Vivendo nesse mundo digital. São Paulo: Artmed, 2013. Pág. 57
- 12 - <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,sem-fiscalizacao-lei-antibullying-engatinha-no-pais,70002057787> - acesso em 14.11.2017.



HELENA CATARINA F. COELHO DE MENDONÇA

Advogada especialista em Direito Digital, Compliance e Combate à Fraudes no escritório Opice Blum, Bruno Abrusio e Vainzof advogados Associados. Colunista da Nethics Educação Digital e Membro da Comissão de Direito Digital e Compliance da Ordem dos Advogados de São Paulo.



MARINA DE OLIVEIRA COSTA

Advogada especialista em Direito Digital e Propriedade Intelectual, no escritório Opice Blum, Bruno Abrusio e Vainzof advogados Associados e pós-graduanda em Propriedade Intelectual e Novos Negócios na Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.



Col Rama II - Vi Ré SP



Col Salesiano Sta Luzia



Col Sto Americo - Morumbi SP



Col Emile de Villeneuve - São Paulo SP



Cobertoni
Estruturas Metálicas

**QUADRAS - GINÁSIOS - PISCINAS - PASSARELAS - GARAGENS - GALPÕES
PROJETOS ESPECIAIS - TENSIONADAS - FECHAMENTOS - MEZANINOS - RETRÁTEIS - ACM**



Col Nossa Sra. de Misericórdia de Osasco



Paróq Coração de Jesus - São José dos Campos



Col Monfort Objetivo - Itaim Paulista SP



Escola Bakhita - Perdizes SP



Col 4 de Julho - Vila Missionária SP



Col Novo Anglo - Campinas



Col Olivetano - Vi Matilde SP



Col Poliedro - Sao José dos Campos



Col CLQ - Piracicaba



FÁBRICA
PIRACICABA - SP
(19) 3434-1888
(19) 2532-2127

ESCRITÓRIO
COMERCIAL
SÃO PAULO - SP
(11) 97248-1066



www.cobertoni.com.br
cobertoni@cobertoni.com.br





Escola Pública com muitas religiões, sem diálogo entre elas!

Para os que estudam a história do Brasil e da América Latina, é clássica a reflexão acerca do Padroado ou Patronato. A organização das colônias e, no Brasil, do Império, definia a religião do estado e, especialmente, como e onde atuariam a religião e os seus líderes. Esse modelo persistiu, teoricamente, até a proclamação da República. No último dia 27 de setembro, tivemos a reimplantação deste paradigma nas escolas do Brasil, em decisão apertada da mais alta corte de nosso país.

Sem pretender uma análise exaustiva, tecerei alguns comentários que considero centrais neste momento do Brasil. Partindo da Constituição, passando pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecerei entre os julgadores da Ação de Inconstitucionalidade, no STF, os que defenderam a morte ou a sobrevivência do Ensino Religioso, no plural espaço da Educação Básica.

Da Constituição

No preâmbulo, os constituintes mantiveram a ideia teísta da cultura brasileira,

sem adjetivar nem rotular a figura de Deus. Pode-se deduzir que mesmo os que não têm fé religiosa, teriam os benefícios desse desejo “sob a proteção de Deus”. Como diriam os galegos, “no creo en brujas, pero que las hay, las hay”.

No artigo 210, teremos a fixação de conteúdos mínimos, assegurando a formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos da nação brasileira (talvez a tentativa atual da BNCC). O primeiro parágrafo, então, neste contexto, fala do Ensino Religioso, como disciplina nas escolas públicas, tendo a histórica matrícula facultativa como salvaguarda a qualquer arbitrariedade ou desvio dos princípios exarados no início do artigo 210.

Da LDB – Lei 9394/96

O artigo 33, que trata do Ensino Religioso, teve a primeira alteração da LDB, exatamente pela questão que agora voltou à tona. Na primeira versão, de dezembro de 1996, era previsto um espaço-tempo, na escola pública, para cada organização religiosa ou um con-

junto delas ocuparem seus fiéis com catequese ou formação religiosa específica, sem ônus para o estado. Na versão de julho de 1997, em consonância com o conceito constitucional, volta o Ensino Religioso a fazer parte da educação básica do cidadão (não do fiel), assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo (redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997). Mesmo em sintonia com as diversas organizações religiosas, o Ensino Religioso não será uma invasão das religiões na escola pública, visando aprofundar conhecimentos específicos de seus membros já assumidos.

ADIN 4439 (pautei minhas observações nas fontes digitais do stf.jus.br)

Os redatores do acordo entre o Brasil e a Santa Sé retomaram, praticamente, a redação original do artigo 33 da LDB, o que gerou a ação da Procuradoria Geral da República no sentido de impedir que o Ensino Religioso, nas escolas públicas, fosse loteado por religiões específicas e ministrado por representantes dessas

O Ensino Religioso não será uma invasão das religiões na escola pública visando aprofundar conhecimentos específicos de seus membros já assumidos

freepik.com

equivalaria à assistência religiosa aos fiéis internados. Sugeriram impedir que o estado favoreça algumas organizações religiosas que influenciariam o Ensino Religioso não confessional e garantir que todas tenham as mesmas oportunidades de atuação nas escolas públicas, com os seus seguidores (imaginemos o cotidiano escolar como será!!!). A matrícula facultativa é garantia que impedirá qualquer constrangimento e, portanto, se mantém assim, a neutralidade do estado acerca das religiões; a liberdade de crença, de expressão e manifestação de ideias que permite a catequese no ambiente da escola pública.

O grupo dos que buscavam a sobrevivência do Ensino Religioso Escolar

Argumentos: no Estado laico, o Ensino Religioso na escola pública deve ser não confessional, pois descaracterizaria a concepção brasileira de uma educação oferecida pelo estado, para todos. Com 140 diferentes denominações religiosas devidamente registradas no país, como garantir a presença nas escolas públicas, senão apenas para as majoritárias??? A hipótese das organizações religiosas constituírem seus representantes como professores destrói o conceito dos cursos públicos e das devidas prerrogativas para lecionar, conforme legislação. Aponta-se a formação dos professores credenciados formalmente para lecionarem Ensino Religioso (graduação e especializações) em contrapartida aos referendados pelas organizações religiosas (seriam estes pagos pelo estado?). O Ensino Religioso deve ser disciplina específica, não transversal, sem confessional para assegurar a facultatividade de sua matrícula, a qualquer tempo. A necessidade de o Ensino Religioso assegurar a convivência pacífica e harmoniosa entre os seguidores das várias confissões religiosas e os que não têm opção reli-

giosa exige conhecimentos específicos e a construção do respeito recíproco, finalidade da escola em todos os âmbitos da vida humana. Questiona-se o uso da escola pública para o ensino da fé (neste caso, de qualquer confissão religiosa); o Estado laico não incentiva o ceticismo, tampouco o aniquilamento da religião, limitando-se a viabilizar a convivência pacífica entre as diversas cosmologias, inclusive aquelas que pressupõem a inexistência de algo além do plano físico, afirmou um ministro, não cabendo ao Estado incentivar o avanço de correntes religiosas específicas. Há de manter-se em posição de estrita neutralidade em seus valores, para preservar, em favor dos cidadãos, a integridade do seu direito fundamental à liberdade religiosa.

Trabalho há 31 anos com Ensino Religioso não confessional, em sala de aula e na formação de professores desta área de conhecimento. Acredito neste caminho educacional como construção das bases de uma sociedade mais dialógica, que assume as diferenças como riquezas da cultura construída, inclusive com as interfaces das experiências religiosas pessoais e coletivas. Não consigo imaginar a formação cidadã de nossas crianças e adolescentes sem um componente histórico e crítico acerca das construções de sentido para a vida – chamadas de tradições ou experiências religiosas – no espaço curricular do Ensino Religioso.

Mesmo atuando em instituições mantidas por entidades confessionais, quando meus alunos me perguntavam, depois de um ano de aulas de Ensino Religioso, qual era a minha religião, eu admitia: consegui ajudá-los a conhecer várias tradições e experiências religiosas numa perspectiva mais respeitosa, mais humana, com menos julgamento e mais acolhimento da diferença. Talvez seja esta a demanda desses tempos com tantos juízos, tanta violência, tanta discriminação, tanto ódio e desconhecimento.

Que a sociedade brasileira não admita retroceder em questões fundamentais já conquistadas, tanto em seu convívio social quanto no interior de suas escolas. ●



ASCÂNIO JOÃO (CHICO) SEDREZ
Diretor do Colégio Marista Glória
e Mestre em Ciências da Religião.

confissões religiosas; evitar-se-ia que a escola pública se transformasse em extensão de cada uma das múltiplas tradições religiosas que, legitimamente, atuam no país. De um espaço de conhecimento e de convite ao diálogo, voltaria a ser a formação e doutrinação específica.

O grupo dos que mataram o Ensino Religioso Escolar

Argumentos: o Estado Brasileiro não tem uma religião, portanto, não haveria o que ensinar (o estado brasileiro não tem uma Matemática, portanto...!!! Favor consultar, no Brasil e no mundo, cursos de Ciências das Religiões). O Estado ficaria responsável pelas salas de aula e a organização, e as crenças religiosas, previamente cadastradas em igualdade de condições, ofereceriam o seu ensino (igualdade de condições!!! e o Estado sem ônus, pois os catequistas seriam oferecidos pelas organizações religiosas!!!). Comparou-se a escola pública com entidades civis e militares de interação (quartéis, internatos, hospitais ou cadeias) e que o Ensino Religioso



freepik.com

Redação do Enem: Educação de Surdos! Surdos? Quem são?

Milhões de estudantes foram pegos de surpresa no primeiro dia de prova do Enem 2017 ao ver um tema bem atípico. O presente foi polêmico, gerou discussões nas redes sociais e mídia. Uns vibraram por ser uma conquista para a minoria linguística, outros disseram até que foi “um golpe”, gerando muita reclamação e redações com textos bem estranhos, como “sugestão de rampa para melhorar a acessibilidade dos surdos nas escolas”, “a divulgação do Braille”, “mais respeito aos surdos-mudos”, além duma grande dúvida entre DEFICIENTE AUDITIVO e SURDO.

Vamos às explicações: rampa deve ser colocada para quem tem mobilidade reduzida ou cadeirantes (deficiência física); Braille é para cegos ou quem tem baixa visão e opta por utilizar; SURDO-MUDO não existe! São características distintas e nada têm a ver uma com a outra. Não é porque a pessoa é surda que ela será muda ou vice-versa. Muitos surdos não falam por não ouvir a própria voz, mas fazendo tratamento fonoaudiológico desenvolvem a fala. Mudo é quem não tem as pregas vocais ou tem algum problema que comprometa a fala. E por fim qual a diferença entre deficiente auditivo e Surdo? Há duas explicações e pontos de vista diferentes para estes termos: Deficiente auditivo é quem nasce ouvindo e ao longo da vida perde parte ou toda a audição devido a qualquer motivo (meningite, acidente, infecção no canal auditivo, perfuração do tímpano, exposição contínua a ruídos em

fábrica, baladas, ou uso inadequado de fones de ouvido com volume muito alto, dentre outros). Geralmente essas pessoas que perdem a audição ao longo da vida, não se identificam como surdos, nem aceitam serem chamados assim; não vêem necessidade de aprender a Língua de Sinais, e tentam reverter o diagnóstico com o uso de aparelho auditivo ou prótese.

Já o surdo tem mais a ver com uma identidade. Nesse caso a pessoa nasce surda ou fica surda também pelos mesmos motivos, mas não se vê como deficiente, e sim como uma pessoa diferente, que tem uma limitação na comunicação. Dentro da identidade surda existem mais outras sub-identidades que podemos abordar detalhadamente em outra matéria, mas, resumindo, a maioria dos surdos gostam de ser chamados assim, usam a Língua de Sinais, frequentam lugares onde encontram outros surdos e defendem a causa, lutam pelos direitos de inclusão e acessibilidade da Comunidade Surda no Brasil. Muitos não gostam de serem chamados de deficientes, preferem ser vistos como uma Minoria Linguística, e merecem ser respeitados por isso.

Por que o Inep colocou um tema tão diferente na redação deste ano?

Em 2017 completam 160 anos da inauguração do INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos, a primeira escola de Surdos do Brasil, situada no Rio de Janeiro até hoje. Neste ano também completam 15 anos da Lei 10.436/02 que reconhece a Libras como Língua no país, um meio de co-

municação legal, ou seja, não é “língua de sinais” e sim Língua. E também porque em 2017 foi a primeira vez que a prova do Enem foi feita em vídeo com interpretação em Libras para os alunos surdos que solicitaram este recurso, pois a estrutura sintática da Língua Brasileira de Sinais é muito diferente da Língua Portuguesa, e os surdos que tem como primeira língua a Libras sentem muita dificuldade em compreender os textos sem a tradução e interpretação. Logo, não poderia ser outro tema senão a Educação de Surdos no Brasil! Pensando nisso, qual o melhor modelo para Educação dessa minoria linguística? Escolas Bilíngues ou de Inclusão?

Escolas de Inclusão são a maioria ainda no país, onde coloca-se o aluno surdo numa sala convencional, muita das vezes sem intérprete, sem o professor estar qualificado para ensiná-lo, e muitos acham que assim é feita a “inclusão do surdo entre os ouvintes”, onde o aluno surdo não aprenderá, não entenderá nada pois não há acessibilidade em Libras, e muitos viram “copista”, aprendem a escrever mas não entendem. Só copiam da lousa porque vêem os colegas fazendo isso.

Escola Bilíngue é o lugar ideal, pois o professor (surdo ou ouvinte) leciona em Libras todas as disciplinas, e os alunos surdos conseguem aprender tudo na sua primeira língua. Esse formato prepara o aluno para a vida, ele conseguirá aprender tudo com a devida atenção, já que um professor de escola de inclusão, mesmo que saiba Libras, não consegue dar atenção a 40 alunos ouvintes e um surdo ao mesmo tempo.

Qualquer estudante ao ler os 4 textos motivadores colocados pelo Inep consegue dissertar sobre qualquer tema ainda que não conheça, então não é desculpa “nunca ouvir falar sobre Libras”, “o assunto não ser discutido anteriormente durante o ano” ou “não conhecer surdos” mesmo tendo no Brasil segundo o último Censo do IBGE (2010) 9,7 milhões de pessoas com surdez. O objetivo da prova é fazer o estudante pensar, ler e escrever com base nos textos, e não saber discorrer sobre “assuntos de facebook”.

Para saber mais a respeito, me siga nas redes sociais e se inscreva no meu Canal do Youtube, tenho em média 200 vídeos separados por tema em Playlists, inclusive uma exclusiva sobre o Enem com todas as perguntas e respostas. ●



MARCELO GUTTI

Especialista em Educação de Surdos, Tradutor-Intérprete de Libras do Sérgio Mallandro e TV, ator, professor de Libras e fundador do Instituto Mãos Que Cantam (maosquecantam.com.br)

Twitter: @sigamarceloguti
Youtube, Facebook e Instagram: @marcelogutilibras

**EDUXE É A SOLUÇÃO
DEFINITIVA PARA A
SUA ESCOLA.**



virgulinas.com.br



Da matrícula à comunicação, você tem recursos para melhorar o desempenho de todos os setores da escola. **Uma solução completa e integrada que fornece informações íntegras para uma gestão estratégica.** Saia do óbvio com **EDUXE!**

Conheça mais funcionalidades em
www.eduxe.com.br

Acesse nossas redes sociais:

f [quality.eduxe](https://www.facebook.com/quality.eduxe)
i [@eduxe.oficial](https://www.instagram.com/eduxe.oficial)

+55 11 5632.3666
relacionamento@eduxe.com.br





Novo ensino médio traz oportunidade para inovar na etapa

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino médio, prometida para 2017, ainda não saiu. Uma versão do texto deve ser finalizada pelo MEC apenas em fevereiro para, só depois, passar pela avaliação do Conselho Nacional de Educação. Não há prazos para o documento final. Mas em vez de ficar esperando pelas mudanças que vão chegar um dia do governo, as escolas podem aproveitar o momento para repensar o modelo que oferecem atualmente, defendem especialistas.

“As novas medidas têm permitido uma reflexão necessária sobre o Ensino Médio, que há muito não cumpre a função formadora que o mundo complexo existe. Só por promover estudos, diálogos e crítica a proposta de novo ensino médio já trouxe um grande benefício”, acredita Miguel Thompson, CEO do Instituto Singularidades e membro do Conselho Consultivo da Bett Educar.

Para instituições de ensino, inovar é sempre um grande desafio, mas muitas já promovem experiências com potencial de serem aproveitadas com um novo currículo, que promete ser mais flexível. “Muitas escolas usam o horário invertido para disciplinas diversificadas. Aproveitar essa experiência para adaptar o currículo do ensino médio facilitará o período de transição. Todos os componentes devem ser discutidos, uma vez que as disciplinas tradicionais do currículo poderão perder espaço na grade e outras, sem tradição no ensino médio, deverão ser oferecidas. Olhar da maneira sistêmica e estratégica o conjunto de disciplinas é fundamental para o sucesso dos novos currículos”, aconselha Thompson.

Mesmo escolas médias e pequenas têm a chance de melhorar a educação que oferecem sob as novas regras. “A ideia de convênios com instituições que dominem determinados conteúdos é bem interessante. Identificá-las e dar condições aos estudantes, como transporte ou espaço para a instituição na própria escola é importante para o

sucesso das ofertas”, afirma o professor do Singularidades.

Outra possibilidade para as instituições de menor porte é se tornar referência em uma das trilhas propostas na lei do novo ensino médio. “Talvez seja o caso de assumir uma identidade, dar uma mergulhada por exemplo em línguas, ou em artes”, explica Anna Penido, diretora executiva do Instituto Inspirare e também integrante do Conselho Consultivo da Bett Educar. Mas ela ressalta que não há caminho único: “As escolas terão de se repensar de forma criativa, otimizando os recursos: professores, espaços e materiais que existem. Podem oferecer optativas, promover a interdisciplinaridade, mas sempre de forma a promover uma melhoria, não uma precarização”, cita.

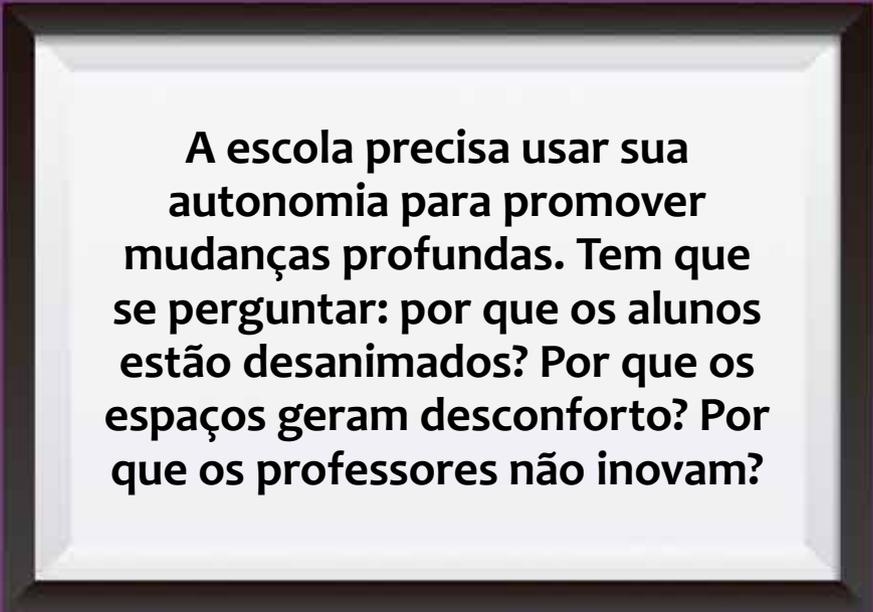
A diretora do Inspirare defende ainda que este é um bom momento de ouvir os próprios estudantes. “No debate da flexibilização, os estudantes têm qualificado muito a discussão”, afirma. Ainda que faltem definições oficiais, cada escola tem uma grande responsabilidade no processo, acredita Anna. Mais do

que um documento vindo de cima para baixo, é a forma de implementação que vai definir se o ensino médio ganhará mais relevância para os adolescentes. “É importante refletir sobre o que é preciso para desenvolver as pessoas para o século 21. Currículos flexíveis devem ser usados para aprofundar conhecimentos na medida dos interesses dos jovens”.

Portanto, se a reforma for feita de forma burocrática, mantendo-se aulas explicativas, avaliação por provas, carteira enfileiradas, a qualidade de ensino não vai mudar. “A escola precisa usar sua autonomia para promover mudanças profundas. Tem que se perguntar: por que os alunos estão desanimados? Por que os espaços geram desconforto? Por que os professores não inovam?”, instiga Anna.

O que já é certo

A lei da reforma do ensino médio, sancionado em fevereiro depois de ser proposta pelo governo via medida provisória, prevê que os conteúdos comuns, a serem definidos pela BNCC, ocupem



A escola precisa usar sua autonomia para promover mudanças profundas. Tem que se perguntar: por que os alunos estão desanimados? Por que os espaços geram desconforto? Por que os professores não inovam?

A reforma do ensino médio será um dos temas centrais da Bett Educar 2018, discutido por especialistas, gestores e professores de todo o Brasil.



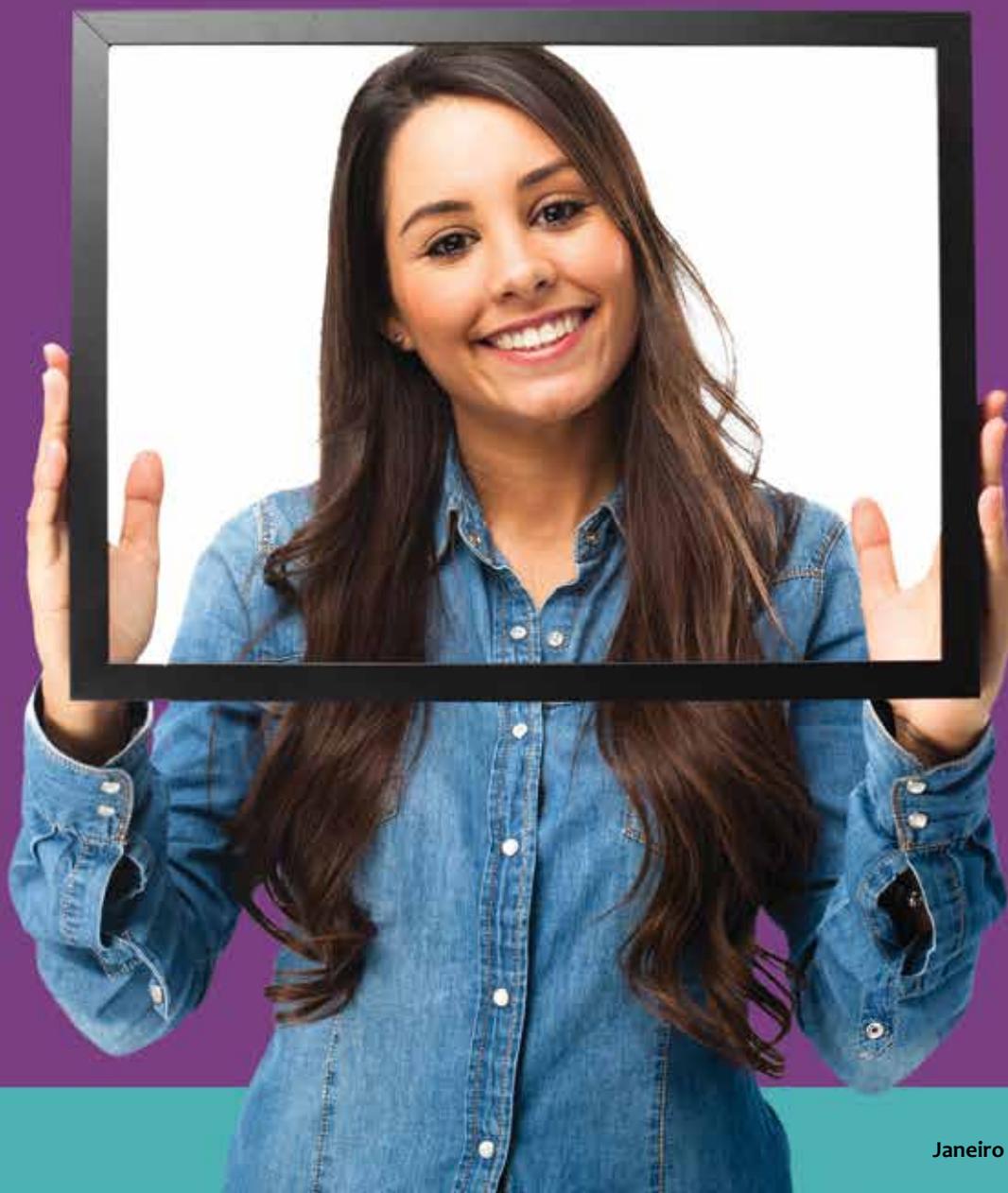
60% da carga horária total dos alunos. No período restante, haverá escolha entre cinco áreas para aprofundamento, chamadas de itinerários formativos: ciências humanas, ciências da natureza, matemática, linguagens e educação profissional.

Ainda que o texto com as definições de cada componente curricular para o ensino médio esteja atrasado, o capítulo

introdutório da Base, que traz definições gerais, já foi apresentado. “Ele traz a concepção de educação que orienta todas as etapas, que é uma concepção de educação integral”, explica Anna. Para além do desenvolvimento puramente acadêmico, os estudantes devem ser preparados nas dimensões sociais, culturais, emocionais, por exemplo. “Ainda que isso não tenha sido detalhado como se manifesta no

ensino médio, as escolas devem dar atenção a essas diretrizes macro. O primeiro passo é estudar o que já está posto”, recomenda a diretora do Inspirare.

A reforma do ensino médio, com suas implicações tanto no setor privado quanto no público, será um dos temas centrais da Bett Educar 2018, discutido por especialistas, gestores e professores de todo o Brasil. ●





Indisciplina e violência na escola: uma realidade posta na sociedade contemporânea

Introdução

Vivemos momentos de muitos desafios para a escola. Crises em todos os âmbitos: desvalorização do professor, multiplicidade de propostas metodológicas e pedagógicas, resultados insuficientes, ausência e desestrutura da família, proposta de um novo ensino médio e uma Base Nacional Comum Curricular batendo à porta, que poderá mudar os rumos e caminhos percorridos até aqui. Aliás, a proposta é mesmo de mudança. Porque do jeito que está, a escola não está satisfatória para ninguém.

Alunos insatisfeitos, professores completamente perdidos em relação ao seu papel, um governo cheio de metas, mas com poucos investimentos efetivos para melhor da qualidade do ensino aprendizagem. Um grande desafio que pretendemos abordar neste artigo é sobre a relação entre professor e aluno, especificamente a indisciplina e a violência.

A escola, como um todo, passa por uma crise de sentido. Não há clareza para os alunos acerca do que eles estão fazendo lá. A falta de significação do que é estudar, a evasão, a reprovação e a violência que existem nas mais diferentes formas acabam por transformar esta relação professor-aluno ainda mais conflitante e difícil de ser trabalhada.

A indisciplina em números

Não é motivo de nenhum orgulho, mas estudos recentes conduzidos pela OCDE, o TALIS, (*Teaching and Learning International Survey*) constataram que os professores brasileiros gastam de 10% a 30% do tempo da aula para resolver questões disciplinares. Nos relatos eles disseram também que são frequentes as agressões verbais a professores e mais raras, porém crescentes as agressões físicas, a se julgar pelo noticiário.

Discute-se se mediar os conflitos na escola seria papel somente do professor ou se a presença de mediadores, pessoas preparadas e capacitadas em mediação

de conflitos, teriam mais êxito nesta mediação. O fato é que o professor anda abarcando tantas atribuições, somado a uma carga horária extensa e desgastante, que não está dando conta de lidar com tantas demandas.

Em São Paulo, esta experiência vem sendo feita e tem alcançado sucesso. O vice-diretor tem atuado como mediadores nos conflitos escolares. Os números nas manifestações de violência e indisciplina tem mostrado queda e portanto, muitos estão entendendo que esta é uma medida eficaz no combate a indisciplina e a violência.

Contestar dados parece loucura, mas tenho minhas reservas quanto a isso. Para me explicar melhor e não ser mal interpretada, terei que tecer alguns apontamentos para contextualizar o leitor sobre minhas considerações e reservas.

O mau comportamento em sala de aula é um fenômeno complexo que pode depender de muitas variáveis sociais e familiares. Vejam, que a indisciplina não é um assunto localizado apenas na relação professor e aluno.

Existe a família e sociedade, como atores neste processo e nas condutas que emergem neste relacionamento.

A nova família brasileira

As famílias brasileiras estão se transformando. Em 15 anos, de 1992 a 2007, o número de casais com filhos, estereótipo de família tradicional, caiu 11,2%. De lá pra cá estes números nunca aumentam. A queda foi compensada pelo aumento dos novos arranjos familiares: casais sem filhos, mulheres solteiras, mães com filhos, homens solteiros e pais com filhos. Os dados fazem parte do Relatório de Desenvolvimento Humano 2010, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Hoje em dia há muitos tipos de família e a instituição atual em nada se parece com o modelo antigo de família, pois até aquelas semelhantes na formação são

bem diferentes no modelo de educação. Nem por isso se desviou dela o cumprimento dos deveres que ela tem em relação à educação, provimento do sustento, afeto, vínculos afetivos, condições de vida dignas e de respeito perante o indivíduo que a forma.

A formação familiar é diversificada, sim, mas nem de longe pode ser negligente ou delegar essas responsabilidades para as instituições educacionais, eclesiais, entre outras. A família deve tomar atitudes que façam com que o crescimento do indivíduo e sua inserção na sociedade sejam saudáveis.

As famílias são apontadas pelos brasileiros como principais responsáveis por ensinar os valores. A passagem desses conceitos, contudo, independe das diversas dinâmicas e estruturas familiares.

Uma palavra importante na relação familiar é AFETO. Se não houver isso, não adianta ser criado por pai e mãe ao lado dos irmãos. Outra palavra-chave determina a passagem de valores: LIMITE.





freepik.com

Citamos também a falta de afeto e presença dos familiares na vida dos alunos. Muitos casos de indisciplina estão ligados a rejeição, baixa estima, revolta e abandono. Há certas feridas interiores que são difíceis de cicatrizar e que acompanham os alunos ao longo de sua jornada escolar. Lidar com estas dificuldades interiores que os alunos trazem para a escola, as vezes se torna algo impossível para o professor.

O que é indisciplina afinal?

Conceituar indisciplina não é tarefa simples. Certa vez ouvi uma amiga dizer que “o nível de indisciplina dos alunos depende do nível de humor e de tolerância de cada um”.

Diante da fala dela eu fiquei refletindo se há parâmetros coletivos para definir a indisciplina ou se este juízo de valor seria algo meramente individual, ou seja, o que é visto como indisciplina por um educador pode não ser visto da mesma forma por outro.

Segundo o dicionário Aurélio, “*indisciplina é um procedimento, ato ou dito contrário à disciplina; desobediência, desordem, rebelião*”.

Neste contexto, a indisciplina se caracteriza pela quebra de algumas normas e regras e muitas vezes, somos levados a pensá-la de forma unilateral, ou seja, quando falamos em quebra de regras e normas, nos vem imediatamente a figura do aluno. Mas, não podemos refletir sobre os atos de indisciplina de forma isolada.

A disciplina deve nos trazer a ideia de um caminho a ser percorrido ao longo do processo educacional e do grau de comprometimento que deve existir entre os professores, alunos e outros funcionários escolares. Portanto, disciplina está, intimamente, ligada a capacidade de promover a boa convivência na vida escolar. E isto só será possível se todos os participantes do ambiente escolar estiverem envolvidos e comprometidos com esta possibilidade.

O conceito de indisciplina não é estático, uniforme, nem tampouco universal. Ele se relaciona com o conjunto de valores e expectativas que variam ao longo da história, entre as diferentes culturas e numa mesma sociedade. Precisamos analisar o contexto da transgressão para que possamos estabelecer as estratégias de intervenção.

Outra coisa muito importante a ser considerada na aplicação das sanções disciplinares é o estágio do desenvolvimento humano no qual o aluno se encontra. Suponhamos que um aluno tenha mordido o seu colega. Se este aluno tem 2 anos de idade, a intervenção é uma. Se ele tem 15

Esses são dois pontos importantes para o desenvolvimento e a estruturação da personalidade. O limite auxilia na socialização do indivíduo e o afeto dá estrutura. Conciliar esses aspectos é fundamental, independentemente do tipo de família que se configure.

A dimensão moral do ser humano tem de ser trabalhada desde a infância. Ética se aprende, não é uma coisa espontânea. É preciso lembrar que criar cidadãos éticos é uma responsabilidade de toda a sociedade.

A família, por exemplo, desempenha uma função muito importante até o fim da adolescência, enquanto tem algum poder sobre os filhos.

A escola, a igreja, os diversos grupos sociais também, na medida em que apresenta experiências de convívio diferentes das que existem no ambiente familiar - se deixo meu quarto bagunçado, o problema é meu; se deixo uma classe bagunçada, o problema não é só meu. É fundamental que o indivíduo se aproprie das regras sociais para que possam ter boa convivên-

cia, não só na escola, mas em qualquer contexto social. Uma vez quebrados estes limites, instaura-se muitos problemas e conflitos nos relacionamentos.

Estas regras de convívio devem ser aprendidas nos primeiros momentos da vida, no ambiente familiar. É o que chamamos de socialização primária. Tudo o que aprendemos com a nossa família, nos estruturará como indivíduos.

Ao iniciarmos o convívio com o mundo, estaremos expostos a socialização secundária. É possível que, ao conviver em espaços diferentes, com pessoas diferentes, os valores aprendidos inicialmente sejam confrontados e, ao fazermos nossas escolhas, vamos nos constituindo como sujeitos e formando nossa identidade.

Noções de autoridade, respeito, regras de conduta e relacionamento devem ser sedimentados pela família. A ausência desta formação pode gerar dificuldades no convívio social do aluno na escola e afetará suas relações com os seus pares e seus professores.



Para mater um clima de respeito e harmonia no ambiente escolar é fundamental que todos tenham clareza sobre as regras e normas de convivência



freepik.com

anos de idade, deve ser outra. As causas também são variáveis, de acordo com a idade do aluno em questão. Morder é um comportamento esperado e tolerado na fase oral ou seja, quando o aluno tem 2 anos de idade o que já não se aplica ao aluno de 15 anos, que já se encontra e uma fase completamente diferente. Morder com 15 anos se caracteriza muito mais com um ato de agressão voluntária e deve ser tratado com todo rigor. Para mater um clima de respeito e harmonia no ambiente escolar é fundamental que todos tenham clareza sobre as regras e normas de convivência.

Todas as regras combinadas e estabelecidas na escola devem ser respeitadas. Por isso a necessidade de clareza ao colocá-las e coerência na cobrança. Geralmente, as regras gerais de funcionamento escolar, como os critérios de avaliação, a distribuição de notas, horários de entrada e saída, uso ou não de uniforme, se é permitido ou não namorar no ambiente escolar, etc devem ser expressas no Regimento Escolar, que deve ser um documento acessível a todo aluno e a família, logo no início do ano.

Toda a comunidade escolar deve estar ciente das normas. Há também uma necessidade de que estas regras sejam construídas de forma participativa. A escola é quem vai estabelecer suas normas, mas, antes de construí-las, a gestão deve abrir um diálogo, uma escuta a professores, comunidade interna e externa. Sempre há possibilidade de diálogo em relação a algumas normas que irão reger a relação cotidiana. Se todos são coautores das regras, certamente terão muito mais comprometimento para cumpri-las.

Geralmente, as regras que fazemos com a participação de todos são chamadas de **contrato didático**.

Construindo um contrato didático

O Contrato Didático é definido por Guy Brousseau como sendo a totalidade de comportamentos do docente esperados pelo aluno e a totalidade dos comportamentos do aluno que são esperados por esse docente, ou seja, são as expectativas do professor em relação ao aluno e deste em relação ao professor, incluindo-se o saber e as maneiras como esse saber é tratado por ambas as partes.

É importante diferenciar o Contrato Didático do Contrato Pedagógico, visto que este último é gerido de relações sociais, atitudes, regras e convenções, porém não coloca em jogo o saber. Esse saber é específico do contrato didático, o qual é influenciado pelos contextos de ensino e aprendizagem.

Há regras que são explícitas (aquelas que são explicitadas pelo professor) e implícitas (que acompanham a formação de cada indivíduo dentro do ambiente escolar). Com isso, o contrato didático vem tanto para explicitar as regras de modo a determinar a função de cada um dos participantes no processo de ensino e aprendizagem quanto para ressaltar as regras que deveriam ser conhecidas por todos.

A elaboração de um contrato didático difere em virtude da idade dos alunos. Na educação infantil e anos iniciais, onde o aluno ainda é pequeno e precisa mais de direcionamento do adulto, o ideal é fazer com a turma uma lista dos combinados. Sugiro que se faça um cartaz de coisas que valem e que não valem na sala de aula. Toda vez que houver uma transgressão, é necessário se reunir com a turma e retomar os combinados estabelecidos.

Para os alunos maiores, que já tem um nível de abstração e reflexão mais estruturado, a construção do contrato

pode ser feita através de um debate ou uma dinâmica, em que os alunos expõem as regras que acham importantes para o bom funcionamento das aulas. Estas ideias deverão ser mediadas pelo professor, para que não se perca o foco do que deve ser discutido e para que seja dada a chance de todos falarem.

Muitas vezes os alunos podem querer estabelecer regras que estão fora de propósito ou fazer concessões que comprometerão o bom andamento da aula.

Neste momento é necessário intervir, fazendo os alunos refletirem sobre os desdobramentos de tais atitudes. Por exemplo, se os alunos dizem que deve ser permitido sair de sala na hora que quiserem, o professor deve fazê-los refletir sobre a necessidade de acompanhar a aula toda, as explicações e atividades para a compreensão e aprendizagem do que está sendo exposto.

Não participar das proposições, boicotar o trabalho proposto também é uma das manifestações de indisciplina.

Nunca se deve perder de vista que o professor deve exercer sua autoridade na sala de aula. Ao logo dos tempos o professor foi perdendo sua credibilidade e status social e isto fez com que ele ficasse confuso e inseguro em relação a sua posição e seu papel na sala de aula.

O papel do professor ao longo dos tempos

Antigamente o professor era um profissional bem mais valorizado, gozava de prestígio e status na sociedade ao contrário do que se percebe atualmente. Estamos vivendo um momento de muitas mudanças ocasionadas pela globalização, consumo e comunicação, marcado pelo fácil acesso a informação e em decorrência disso, o professor não

EM 2018, APOSTE NO CRESCIMENTO
DA SUA INSTITUIÇÃO.

SAIBA COMO A LINHA DE
SOFTWARES SOPHIA
PODE AJUDAR.

SophiA®



Ainda está em tempo de usar a tecnologia a favor da sua escola para atrair novos alunos e fidelizar os atuais, evitando transferências, cancelamentos e a inadimplência escolar.

O **SophiA** reúne e organiza informações de diversos setores da escola, reduzindo o tempo que sua equipe dedica aos procedimentos burocráticos e permitindo que ela seja mais produtiva, com foco no cliente e não em processos. A qualidade do serviço é percebida por pais e alunos!

O **SophiA** é mais que um software. É uma solução completa, que dispõe de serviços especializados como treinamentos, suporte técnico e muitos outros, à disposição do aprimoramento do seu negócio! ;)

Baixe o e-book "Como aumentar a captação de alunos na sua escola" →



Quer saber mais sobre o SophiA?

Agende uma apresentação com um dos nossos consultores!

0800 55 7074 | vendas@prima.com.br | www.sophia.com.br



freepik.com

é mais o único que detém todo o saber, deixou de ser o centro de tudo e passou a ser um mero mediador de certos conhecimentos. Em alguns momentos, o professor se torna um aprendiz, pois os alunos trazem mais conhecimento sobre certo aluno do que ele mesmo. Isto é muito recorrente em assuntos ligados a era tecnológica por exemplo.

O professor enfrenta muitas dificuldades, não sabe mais como atuar em sala de aula. Em decorrência das mudanças ocorridas no cenário educacional e do perfil do aluno, o profissional precisa se manter atualizado, bem como desenvolver uma aprendizagem permanente para poder ser capaz de acompanhar essas transformações.

A falta de interesse dos alunos é mais um dos fatores que desestimulam o trabalho docente. Alguns professores lutam contra o fracasso escolar de seus alunos, porém, enfrentam a falta de interesse dos mesmos.

Hoje vivemos numa sociedade marcada pelos avanços científicos e tecnológicos, e em meio a tantas mudanças sociais mudou-se significativamente essa percepção da sociedade em relação a profissão docente.

Ainda temos que citar a necessidade de novas metodologias, que dialoguem com os “nativos digitais”, que são os alunos que nasceram após o advento da tecnologia. Pesquisas apontam que alunos que usam constantemente a tecnologia tem formas diferentes de aprender. Precisam de um ensino híbrido, de

metodologias ativas e isto é um grande desafio para os docentes.

Desvalorização, ausência da família, alunos sem interesse e mundo mais atraente que a escola, são alguns dos fatores que contribuem para a indisciplina na sala de aula.

Celular: o campeão na quebra das regras

Na era da informação, a tecnologia móvel provocou profundas mudanças na maneira como a sociedade trabalha, aprende e se diverte.

Em um mundo onde a tecnologia faz parte da vida de quase todas as pessoas o celular especificamente tornou-se para os pais, símbolo de segurança e controle. Para os filhos, veículo de comunicação e fonte de entretenimento e informação. E para a escola? Oficialmente, sinônimo de proibição, porque o celular tem sido um grande desafio para os professores, pois o aluno não está conseguindo discernir como usá-lo, de forma ética e adequada, dentro do ambiente escolar.

O maior problema do celular em sala de aula hoje não está mais ligado no inconveniente do barulho ao se receber uma ligação. Não é simplesmente se o aluno pode ou não conversar ao celular. Aliás, a geração atual não costuma falar ao celular. Silenciosamente, olhos e dedos estão centrados nas telas dos smartphones, enquanto o professor fala ou orienta alguma atividade, numa dispersão que nem sempre é barulhenta ou percebida. O silêncio e a apatia durante a

aula podem ser decorrentes exatamente um indicativo do uso de aplicativos para troca de mensagens.

Alunos têm usado o celular para diversão, navegando nas redes sociais e se tornando totalmente dispersos nas aulas. Outros alunos usam o celular como consulta para aferir as informações dos professores e afrontá-los ou ainda filmam conversas, fazem ameaças, tiram fotos e tantas outras coisas que vemos todos os dias na sala de aula.

Sabemos de todas estas condutas, o que nos coloca, como educadores diante de algumas possibilidades e necessidades.

Em primeiro lugar, a escola é um espaço educativo e sabemos que mudar comportamentos e atitudes é coisa de longo prazo. Devemos educar os alunos para fazer uso adequado deste equipamento, que nos ajuda de várias formas a melhorar nossa vida cotidiana.

O professor pode valer-se de vários recursos digitais em sala de aula, elaborando projetos com intenções educativas claras e regras bem definidas.

Usar o celular para produzir vídeos, fotos, acessar resolução de exercícios, criar grupos de discussão podem ser boas alternativas para aproveitar o fascínio dos alunos pelo uso da tecnologia.

É claro que a intensidade, conveniência e eficiência da utilidade do celular como recurso didático precisam levar em conta a faixa etária dos alunos e a pertinência do conteúdo ou atividade desenvolvida. Não se trata, portanto, de seguir ▶

SUA INSTITUIÇÃO NÃO TEM UMA SOLUÇÃO DE QUADRO HORÁRIO INTEGRADA? CONTE COM O ADVICE POS.

Descubra o que o Advice POS pode fazer por você e tenha a gestão da sua Instituição de Ensino na palma da sua mão.

Planejar o quadro horário de professores requer tempo e muita atenção. Com uma solução integrada, o Advice POS oferece agilidade e eficiência para o planejamento, cadastro e geração do quadro.

Veja alguns benefícios:

- Classificação: cursos, ciclos, períodos, séries, disciplinas e turnos;
- Geração de quadro horário sem conflito;
- Parametrização por meio de critérios pedagógicos;
- Cadastro de disponibilidade flexível;
- Solução 100% integrada com diário eletrônico.

Você ainda conta com:

- Controle de indicadores
- Matrícula online
- Gestão acadêmica e pedagógica
- Estoque
- Gestão orçamentária e financeira
- Captação de alunos
- Compras
- Entre Outros

Com o Advice POS você terá muito mais tempo para aquilo que realmente importa: a captação, a manutenção e o cuidado com os seus alunos.

Agende uma visita:

3513-5075

www.advicesystem.com.br

comercial@advicesystem.com.br

[f advicesystem](https://www.facebook.com/advicesystem)



ADVICE
S Y S T E M
Education Software House



freepik.com

um imperativo do uso do celular em toda aula e durante todo o tempo.

O maior desafio é fazer com que o aluno não perca o foco, pois se bem utilizado, ele pode acrescentar muito à prática pedagógica.

Leis: a quem elas protegem?

Muitas leis de proteção vêm sendo criadas ao longo dos tempos. A mais famosa delas é o ECA (Estatuto da criança e do adolescente). Celebramos cada uma delas, pois acreditamos que crianças e adolescentes são cidadãos de direitos.

Quando os direitos fundamentais dos indivíduos são violados, percebemos que a violência recebida é imediatamente passada a frente. A escola, como Instituição de Educação, precisa ajudar a garantir os direitos dos educandos, bem como mediar as relações de violência e conflitos, que são uma das faces da indisciplina.

Mas, cabe aqui uma reflexão. Os direitos dos educandos acabaram por se tornar uma arma contra o professor. Já assisti a vários vídeos na internet onde alunos agrediam verbalmente e até mesmo fisicamente os professores e seus pares, ancorados nos direitos que sabem possuir.

Uma lei que surgiu para proteger, acabou colocando muitas pessoas em situação de vulnerabilidade. O Estatuto da Criança e do Adolescente não traz apenas direitos, mas também deveres. Os pais precisam retomar seu papel de autoridade e de responsabilidade – não se delega isso a terceiros. E o professor precisa resgatar seu papel de autoridade na sala, e o diretor, seu papel de autoridade na escola.

O que acontece na verdade, é a ineficiência do Estado para fazer cumprir as sanções que o ECA propõe. Este também não atua de forma preventiva, não exerce seu papel na oferta de oportunidades e sabemos bem, quando o estado falha, o crime entra.

O que assistimos todos os dias são professores desrespeitados e inertes frente as impossibilidades de agir, de forma mais incisiva, com alguns alunos, por causa da interpretação equivocada do que vem a ser os direitos das crianças e dos adolescentes

Nem tudo está perdido

O que fazer diante de tantos desafios? Será que não há uma solução possível?

Faz-se necessário examinar o problema sob outra ótica: a questão central não está na disputa entre professor e aluno e sim, na organização do trabalho coletivo para gerar coautoria na construção de regras e normas.

Uma disciplina ideal é aquela consciente e interativa, que tenha participação, respeito, responsabilidade, cooperação, reflexão, crítica e autocrítica, somado a construção do conhecimento e exercício da cidadania.

Nos dias atuais cresceu muito o número de pessoas que tem acesso à escola. A chegada de mais pessoas aumentou a diversidade e, conseqüentemente, seus conflitos.

A primeira solução que propomos é que o professor faça com que os alunos “Aprendam a conviver”. Para conviver com o outro, devemos ser educados a ter respeito e tolerância sempre. Atuar de

forma preventiva, por meio do diálogo constante e de Projetos que envolvam alunos e comunidade.

Outra solução proposta é o incentivo a trabalhos que primem pelo protagonismo juvenil, que se dê voz e espaço para criação, e para que os alunos apontem caminhos e novidades.

A noção de pertencimento também previne muitos atos de indisciplina e de violência. Quando as relações se tornam amigáveis, tudo fica mais respeitoso e ameno. Sei de muitas experiências nas quais podemos constatar que, na medida em que a relação entre professor e aluno vai ganhando maior cumplicidade, respeito, confiança e afeto, as relações se tornaram muito menos violentas. A cooperação e a prática do diálogo entre a escola e as comunidades caracterizam regiões com menores índices de violência.

Considerações finais

A situação da indisciplina está longe de ser solucionada. Não é só contratar mediadores de conflitos e achar que o problema cotidiano da sala de aula está resolvido. Se o professor fosse reconhecido e imponderado como a figura de autoridade e colocado no lugar que merecia estar, as relações poderiam ser mediadas por ele mesmo.

Nossa proposta é que os alunos, a família, o Estado e a sociedade valorizem, apoiem e legitimem a figura do professor, porque sem apoio, sem prestígio e sem investimento, eles não conseguirão fazer nada. Nem conter a indisciplina, nem ministrar as suas aulas.

Celso Vasconcellos assegura que é importante que haja participação e comprometimento de todos os envolvidos no processo pedagógico: pais, alunos, professores, equipe pedagógica, administrativa etc. na elaboração das normas disciplinares no âmbito escolar, viabilizando um projeto de participação democrática de forma consciente e interativa para que os problemas relacionados à escola sejam discutidos em conjunto.

E neste turbilhão de desafios que se colocam diante de nós todos os dias, se não nos abirmos ao diálogo e ao trabalho coletivo, vamos avançar muito pouco e todo mundo vai sair perdendo. A educação pede socorro. ●



PRISCILA PEREIRA BOY

Pedagoga, Mestre em Educação, Assessora Estratégica do Bernoulli Sistema de Ensino. Autora do livro “Inquietações e desafios da escola” (Wak editora).

QUER TER TRANQUILIDADE, SEGURANÇA E EFICIÊNCIA PARA FAZER A GESTÃO DA SUA ESCOLA?



ENTÃO É HORA DA SUA ESCOLA CONTAR COM O APOIO DE QUEM REALMENTE ENTENDE DO SEU NEGÓCIO, A B.W. ATUA HÁ MAIS DE 20 ANOS EXCLUSIVAMENTE NO ATENDIMENTO E APOIO TOTAL A GESTÃO CONTÁBIL, FISCAL, TRABALHISTA E TRIBUTÁRIA DE ESCOLAS PARTICULARES EM TODO ESTADO DE SÃO PAULO.

ATRAVÉS DA CONTABILIDADE GERENCIAL A B.W. IRÁ DIRECIONAR SUA ESCOLA PARA UM FUTURO SEGURO E LUCRATIVO



RELATÓRIOS GERENCIAIS

Relatórios Gerenciais quanto a situação Contábil, Econômico e Financeiro da situação da sua Escola. Entenda a sua real lucratividade.



CONTABILIDADE POR CENTRO DE CUSTOS

Gestão Contábil por Centro de Custos. Entenda o custo operacional de cada área da sua Escola e tome as medidas corretivas e de melhorias.



PARCERIA E APOIO À SUA GESTÃO ESCOLAR

Apoio total a Gestão da sua Escola. Uma equipe com mais de 70 colaboradores especializados no atendimento a Escola. Todos à sua disposição para prestar orientação quanto a Gestão Contábil, Fiscal, Trabalhista e Tributária.



PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO EXCLUSIVO

Planejamento Tributário para identificação e adesão ao melhor regime tributário e estratégias para a redução em até 40% do montante pagos em tributos.



ESPECIALIZAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Gestão Trabalhista e de Folha de Pagamento totalmente voltadas para as especificidades da sua Escola e da legislação vigente.



ATENDIMENTO PERSONALIZADO E HUMANO

Única Assessoria Contábil a disponibilizar para sua Escola um Gerente de Contas. Esse profissional exclusivo irá dar total apoio ao seu atendimento e desenvolvimento de estratégias para sua Escola, além de tornar seu atendimento mais humano e pessoal.

AO CONTRATAR A B.W. PARA FAZER A GESTÃO CONTÁBIL DA SUA ESCOLA, VOCÊ PASSA EFETIVAMENTE A OBTER RESULTADOS ATRAVÉS DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA SUA ESCOLA. E TUDO ISSO COM INVESTIMENTO ADEQUADO À REALIDADE FINANCEIRA DA SUA ESCOLA.

FALE COM O NOSSO GERENTE COMERCIAL E AGENDE UMA VISITA.
(11) 3554-2960 | COMERCIAL@BWCONTABILIDADE.COM.BR
WWW.BWCONTABILIDADE.COM.BR





DECLARAÇÕES DE RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS

Anualmente, as empresas têm a obrigatoriedade de entregar as declarações referentes a rendimentos recebidos e pagos a terceiros, que servem de base para o Fisco cruzar os dados dos contribuintes e fiscalizá-los.

DIRF – Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte

No mês de fevereiro, as empresas devem entregar a DIRF, referente aos rendimentos pagos no decorrer do ano de 2017, até o dia 28/02/2018.

Estão obrigadas à entrega da DIRF, as pessoas físicas e jurídicas que pagaram ou creditaram rendimentos sobre os quais tenha incidido retenção do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte, como também, as Contribuições Sociais Retidas na Fonte – PIS, COFINS e CSLL, ainda que em um único mês do ano-calendário, por si ou como representante de terceiros.

Deverão também entregar a DIRF, as pessoas físicas e jurídicas domiciliadas no país que efetuaram pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, ainda que não tenha havido a retenção do imposto, de valores referentes a aplicações em fundos de investimento de conversão de débitos externos, royalties, serviços técnicos e de assistência técnica, juros e comissões em geral, juros sobre o capital próprio, aluguel e arrendamento, lucros e dividendos distribuídos, além de outras operações com o exterior.

As pessoas obrigadas a apresentar a DIRF, deverão informar todos os beneficiários de rendimentos, entre os principais:

- que tenham sofrido retenção do imposto sobre a renda ou de contribuições, ainda que em um único mês do ano-calendário;
- do trabalho assalariado, quando o valor pago durante o ano-calendário for igual ou superior a R\$ 28.559,70 (vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos, valor correspon-

dente ao ano-calendário de 2016, pois não houve ainda publicação de Instrução Normativa atualizando este valor);

- do trabalho sem vínculo empregatício, de aluguéis e de royalties, acima de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), pagos durante o ano-calendário, ainda que não tenham sofrido retenção do imposto sobre a renda;

- de previdência privada e de planos de seguros de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência, Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), pagos durante o ano-calendário, ainda que não tenham sofrido retenção do imposto sobre a renda;

- auferidos por residentes ou domiciliados no exterior, inclusive nos casos de isenção e de alíquota zero;

- valores referentes a aposentadorias, mesmo que isentas;

- de dividendos e lucros, pagos a partir de 1996, e de valores pagos a titular ou sócio de microempresa ou empresa de pequeno porte, exceto pró-labore e aluguéis, quando o valor total anual pago for igual ou superior a R\$ 28.559,70 (vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos, valor correspondente ao ano-calendário de 2016, pois não houve ainda publicação de Instrução Normativa atualizando este valor).

Devem ser informados também os dados relativos a pagamentos de planos de saúde de empregados e seus dependentes.

O sujeito passivo que deixar de apresentar a DIRF, nos prazos fixados, ou que a apresentar com incorreções ou omissões, será intimado a apresentar declaração original, no caso de não apresentação, ou a prestar esclarecimentos, nos demais casos, no prazo estipulado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, e sujeitar-se-á às seguintes multas:

- 1- De 2% (dois por cento) ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante dos tributos e contribuições informados na DIRF, ainda que integralmente pago, no caso de falta de entrega

destas Declarações ou entrega após o prazo, limitado a 20% (vinte por cento);

- 2- De R\$ 20,00 (vinte reais) para cada grupo de 10 (dez) informações incorretas ou omitidas.

A multa mínima a ser aplicada será de:

- 1- R\$ 200,00 (duzentos reais), tratando-se de pessoa física, pessoa jurídica inativa e pessoa jurídica optante pelo regime de tributação, previsto na Lei nº 9.317 de dezembro de 1996, revogada pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

- 2- R\$ 500,00 (quinhentos reais) nos demais casos.

Essa é uma declaração de suma importância, pois seus dados são cruzados com outras declarações impostas pela Receita Federal do Brasil, como DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais, que é uma declaração onde são informados os dados relativos aos tributos retidos e respectivos pagamentos, como também, DIRPF – Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física,



O sujeito passivo que deixar de apresentar a DIRF, nos prazos fixados, ou que a apresentar com incorreções ou omissões, será intimado a apresentar declaração original

onde são informados os dados relativos aos rendimentos pagos, impostos retidos e pagamento desses impostos.

Informe de Rendimentos

Além da obrigatoriedade de entrega da DIRF, conforme critérios acima mencionados, as pessoas deverão também disponibilizar aos beneficiários dos rendimentos, informe de rendimentos, onde constam as informações relativas à fonte pagadora, beneficiário dos rendimentos, os rendimentos pagos, impostos retidos, contribuição para a Previdência Social, pagamentos a previdência privada e pensões.

Novidades para 2018 – EFD REINF

Conforme Instrução Normativa RFB 1.701/2017, as pessoas jurídicas estarão sujeitas à entrega da EFD REINF, de forma escalonada, conforme cronograma abaixo:

- A partir de 1º de Janeiro de 2018: as pessoas jurídicas com faturamento em 2016 superior a R\$ 78.000.000,00;

- A partir de 1º de Julho de 2018: as pessoas jurídicas com faturamento em 2016 até R\$ 78.000.000,00;

- Pessoa jurídica optante pelo regime do Simples Nacional: ato específico do Comitê Gestor do Simples Nacional estabelecerá condições especiais para início da obrigação.

O que é o EFD REINF

É o mais recente módulo do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e está sendo construído em complemento ao eSocial.

Abrange todas as retenções do contribuinte sem relação com o trabalho, bem como as informações sobre a receita bruta para a apuração das contribuições previdenciárias substituídas (desoneração da folha de pagamento).

Quais contribuintes estão obrigados ao EFD REINF:

- Pessoas jurídicas que prestam e contratam serviços realizados mediante

cessão de mão de obra e empreitada, nos termos do art. 31 da Lei 8.212.1991;

- Pessoas jurídicas responsáveis pela retenção de PIS/PASEP, COFINS e CSLL;
- Pessoas jurídicas e físicas que pagaram ou creditaram rendimentos sobre os quais haja retenção do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), por si ou como representante de terceiros.

Prazo de entrega dos eventos da EFD REINF

- Até o dia 20 do mês subsequente ao que se refira a escrituração. ●



WAGNER EDUARDO BIGARDI

Gestor Fiscal na Meira Fernandes. Contador com mais de 25 anos de atuação nas áreas Fiscal e Contábil, sendo 15 anos no segmento educacional. Pós-graduado em Controladoria e Administração

Financeira e Negócios pela Universidade Paulista – UNIP, Pós-graduado em Consultoria e Gestão de Empresas pela Faculdade Trevisan e graduando em Direito na Universidade Unifão.
wagner.bigardi@meirafernandes.com.br

Viagem Educacional 2018

Oswaldo Tavares

Japão

O SISTEMA EDUCACIONAL NO JAPÃO

A educação no Japão tem início antes mesmo do Período Edo (1603-1868) no século XVII, quando o acesso era limitado apenas à aristocracia e à elite da sociedade japonesa. Os samurais possuíam cursos específicos, como o aprendizado da filosofia do Bushido (O caminho do guerreiro), artes marciais e técnicas da esgrima, enquanto as outras classes contavam com escolas mistas, onde aprendiam a escrever, ler e princípios de matemática.

Por meio desta estrutura educacional 40% dos japoneses já eram alfabetizados quando, em 1868, foi deflagrada a Restauração Meiji. Nesta mesma época instituiu-se no Japão o sistema de escolas primárias, secundárias e foram criadas as primeiras universidades.

A educação é prioridade no Japão. O índice de analfabetismo no país é praticamente zero. Em 2015, o governo realizou uma pesquisa nacional que apontou que apenas 0,05% da população pode ser considerada “analfabeta”. Ou seja, menos de 1%.

Após a Segunda Guerra Mundial o sistema educacional japonês foi reformado. A escolaridade tornou-se obrigatória com duração de 9 anos. O ensino primário (shogakkou) leva 6 anos e o ensino denominado médio (chuugakkou) 3 anos. Os pais que omitirem o direito da

educação aos filhos podem ser punidos pela justiça japonesa estando sujeito a perderem a guarda para o conselho tutelar (jidousodan). A mesma lei não se aplica diretamente aos estrangeiros que vivem no país.

O Japão tem uma das populações mais educadas do mundo, com matrículas de 99,98% nas séries compulsórias. No high school (Koukou), com duração de 3 anos, a participação não é obrigatória, mas mesmo assim, em todo o país, cerca de 97% dos alunos ingressam.

O Ministério da Educação supervisiona de perto currículos, livros didáticos,

aulas e mantém um nível uniforme de educação em todo o Japão. O resultado dessa ação é um elevado padrão de educação, reconhecido internacionalmente, com destaque para as matérias de matemática e ciências (respectivamente 5º e 2º lugares na avaliação do PISA).

Desde cedo, as crianças aprendem a ser pontuais, organizadas e responsáveis, e a executarem naturalmente tarefas como cuidar da classe, do jardim, da higiene pessoal e do ambiente (o Japão é um dos países mais limpos), de servir as refeições, de ajudar os mais novos e trabalhar em equipe.



ies EDUCAÇÃO INTERNACIONAL



sioesp

freepik.com

Inspirado no sistema escolar francês, o ano letivo começa em abril juntamente com o ano fiscal no Japão (que também começa em abril e termina em março do próximo ano). Esta diferença de tempo, facilita a vida dos estudantes que desejam estudar no exterior e retornar ao Japão sem perder o ano.

Exceto para o ensino fundamental, o aluno fica 6 horas por dia na escola. Mesmo depois de deixar a escola, as crianças têm tarefas de casa para mantê-los ocupados. Os professores motivam os alunos a participarem de atividades extra-classe. Esportes e as manifestações artísticas são muito procuradas. Aliás, um dos fatores que explica a qualidade do ensino é a excelente formação pedagógica do corpo diretivo e docente das escolas, pois a profissão de mestre é das mais valorizadas.

O período de férias é de seis semanas no verão, cerca de 2 semanas no inverno e mais um período de 2 semanas na primavera. Como o ensino é bastante competitivo, muitas vezes esses intervalos são acompanhados de tarefas como lição de casa e trabalhos escolares. O esforço maior é o ingresso nas mais prestigiosas middle e high schools (para as quais há exames e muitas vezes entrevistas) e, evidentemente, para as melhores universidades.

A ordem cronológica do sistema educacional

- Youchien – Jardim de infância a partir dos 3 anos até antes de ingressar no primário.
- Hoikuen – Creche 6 meses até antes de ingressar no primário.
- Primário – 7 a 12 anos (Ensino obrigatório) – duração 6 anos.
- Junior High School ou Middle Schools – 13 a 15 anos (Ensino obrigatório) – duração 3 anos.
- High Schools – 16 a 18 anos – duração 3 anos ou
- Profissionalizante – 16 a 20 anos.

Os pais estrangeiros, pela lei japonesa não têm obrigatoriedade de matricular o filho na escola japonesa, mas poderão matricular se for do interesse.

O ENSINO PRIVADO

O Japão tem longa tradição na educação privada, que aliás foi precursora do ensino público. A 1ª escola de que se tem notícia surgiu em 828, na cidade de Kyoto, quando o monge Kukai fundou a Shugei Shuchi, cujo enfoque era ensinar o Budismo e o Confucionismo. No século

19, a famosa escola Shoko Sonjuku havia formado alguns dos principais líderes da Restauração Meiji, em 1868.

Após a II Guerra Mundial, deu-se uma rápida expansão, pois o País precisava ser reconstruído e o Governo não tinha os recursos para atender um ensino público de qualidade, que alcançasse a maior parte da população.

Hoje, cabe ao Ministério de Educação aprovar a criação de Faculdades e escolas técnicas privadas e a responsabilidade de autorizar o funcionamento de colégios particulares compete às municipalidades. A supervisão é realizada por um Conselho nomeado com base no conhecimento e experiência educacional de seus membros.

De acordo com estatísticas do Ministério de Educação, em 2015 no Japão, 79% das pré-escolas, 1% das escolas primárias, 6% dos junior high schools e 27% dos high schools eram particulares. Enquanto isso, 79% das universidades são privadas. Na última década vem ocorrendo a expansão das escolas primárias particulares, pois os pais buscam condições específicas de ensino, com qualidade, desde os primeiros anos de estudo.

Dentre as principais razões para escolha de escola privada, destacam-se a oferta de filosofia de ensino específica, maior orientação na prática de atividades extra-curriculares, curriculum voltado para a internacionalidade, com ênfase no aprendizado de idiomas. Também porque o estudante pode ter maior facilidade de acesso às universidades privadas do grupo ou em universidades conveniadas no exterior.

NOSSA VIAGEM DE ESTUDOS

A 20ª viagem educacional promovida pelo SIEEEP ao exterior oferecerá a oportunidade única de conhecermos este maravilhoso país, de 10 a 24 ou 28 de Maio de 2018.

O programa está sendo definido com cuidado pelo Ministério de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, com apoio importante de nossa Embaixada e do Consulado Geral do Japão em São Paulo.

Durante nossa estada, concentraremos a parte de visitas nas cidades de Tóquio e Osaka, cujas Secretarias de Educação estão selecionando as escolas a serem visitadas.

Como nas viagens anteriores, haverá seminários técnicos para conhecer o sistema de ensino, sua estrutura e priori-

dades, e o papel da escola privada. Teremos a ocasião de visitar as instituições selecionadas, desde a pré-escola, infantil, fundamental, médio e técnico, bem como a Universidade de Tóquio.

Os participantes de viagens anteriores elogiaram a seriedade dos programas, bem como a importância de também vivenciar os principais aspectos turístico-culturais do país. E o Japão certamente proporcionará momentos inesquecíveis, conforme programa abaixo, com destaque para Tóquio; as duas belíssimas antigas capitais de Kioto e Nara; a importante metrópole de Osaka.

O grupo irá ao Monte Fuji, cartão postal do País, andar de trem-bala e ficará hospedada em ótimos hotéis.

PÓS TOUR

No caminho de volta, houve pedidos especiais de interrompermos a longa viagem e a pesquisa realizada levou-nos a escolher o Havai. Será uma chance de plena integração do grupo e de conhecer um dos locais turísticos mais famosos e belos do mundo. A hospedagem será em Honolulu.

PARTICIPAÇÃO E INSCRIÇÕES

Participam de nossas viagens diretores, coordenadores e educadores de todo o País. Recomendamos o seguinte:

- o preço do programa inclui seminários técnicos, visitas às melhores escolas, intérpretes, traslados e tours com guias, hotéis com café e passagem aérea. Aceita-se parcelamento até a véspera do embarque.
- a viagem tem vagas limitadas e, como exige-se visto do Japão (rápido e simples) e dos EUA, é importante inscrever-se logo
- para mais informações e inscrições, procure o IES, monica@ies.tur.br e osvaldo@ies.tur.br, tel. 11-994045363 ou 47029414 e consulte o site www.viagem-educacional.com.br

PARTICIPE E CONHEÇA UM DOS MELHORES SISTEMAS DE EDUCAÇÃO. SUA ESCOLA MERECE ESTE INVESTIMENTO!

Consulte a programação no site do SIEEEP

5...4...3...2...1...

Começa agora um novo ano com música!!!



freepik.com

É muito bom estar de volta num ambiente acolhedor, agradável, cheio de surpresas após um descanso merecido. Não é? Mas se o período de férias foi tão bom que você gostaria de estendê-lo mais um pouquinho, certamente muitos alunos gostariam de fazer o mesmo. Tal pensamento pode afastar você deles, e vice e versa.

Então, vamos iniciar o ano unindo todos através da música, utilizando as melhores memórias individuais, e instaurando um ritmo de trabalho harmonioso com as expectativas para o novo período.

A música “Acordei Bem Cedo” foi composta justamente para trabalhar a memória. Ela é acumulativa e todos participam da criação. Para o tema central sugiro que trabalhe os animais e suas vozes, os ambientes e seus sons particulares, dos lugares em que seus alunos estiveram. Caso o termo escolhido não tenha um som, o aluno poderá representá-lo com mímica.

Pronto, agora podemos começar a trabalhar a música. Note que do compasso 1 ao 8 o texto está escrito em preto indicando que todos deverão cantar em uníssono. Prepare-os para que todos cantem no mesmo ritmo mesmo que ainda não estejam afinados. Do compasso 9 ao 16, parte do texto está em vermelho. Este trecho é caracterizado por perguntas e respostas (responsorial). O aluno indicado pelo professor, ou seguindo a ordem de fileiras, fará a pergunta: “Lá tem cachoeira?”, e a classe responderá: “Cachoeira tem”. À medida que as palavras surgem, verifique que o total das palavras ditas não ultrapasse três tempos e meio, independentemente do número total de sílabas. No exemplo abaixo temos as palavras: cachoeira; cerrado; montanha, totalizando dez sílabas. Mas se tivéssemos: pato; pavão; macaco; leão, o total de sílabas é nove com quatro palavras, e que também dá certo.

A última parte da música que vai do compasso 17 ao 24 (escrito em azul) todos cantarão juntos. Ela é a somatória de todos termos colocados pelos alunos. À medida que a música é composta e outros grupos de palavras surgem, a peça ganha mais uma estrofe. Isto é, todas as últimas partes serão cantadas.

As letras maiúsculas que aparecem acima da partitura (G, C, D, e D4), são

os acordes para o acompanhamento ao violão, ou piano.

Desta maneira trabalhamos além da memória vivida, ou criada, novas conexões neurais com a utilização do canto, acompanhamento, criando paisagens, sons de bichos, etc.

Na próxima edição trabalharemos com o Carnaval. Tenham um ano próspero, e até lá.

Bom Trabalho e Abraços Fraternos. ●



PROF. MAESTRO SIDNEY LISSONI
e-mail: slissoni@hotmail.com

Acordei Bem Cedo

Compasso Quaternário
Tonalidade: Sol Maior

Criação e Transcrição: Sidney Lissoni
Country

**bett****educar**

08 - 11 MAIO 2018

📍 SÃO PAULO EXPO



Transformando a Educação

A Bett Educar é o ponto de encontro ideal dos profissionais da área de educação que buscam conhecer as melhores práticas e debater com os principais influenciadores do Brasil.

Venha fazer parte deste time de educadores engajados em transformar a educação.

Confira todos os temas abordados no site:

bettbrasileducar.com.br

 /bettbrasileducar /betteeducar @educarbett @_betteeducar

A Bett Educar desenvolveu uma programação com conteúdo inovador para 2018 que irá abordar os temas mais atuais do setor. Confira os assuntos que serão discutidos:

Formação de Professores

- O professor da escola do século XXI
- Professores inovadores

Gestão

- Cases bem-sucedidos: Novos modelos e gestão da escola para o século XXI
 - Inovações na gestão escolar
 - Uso da tecnologia e gestão democrática
- 

Realização

ASCENTIAL
EVENTS

PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL

A Psicopedagogia tem como proposta uma aprendizagem ativa, em que o sujeito é o construtor de si mesmo. Na aprendizagem ativa, em oposição à aprendizagem passiva, bancária, baseada na transmissão de informação, o aluno assume uma postura mais ativa, na qual ele resolve problemas, desenvolve projetos e, com isto, cria oportunidades para a construção de conhecimento. Diversas estratégias têm sido utilizadas para promover a aprendizagem ativa, tais como: a aprendizagem baseada na pesquisa, mapa conceitual, o uso de jogos, resolução de problemas, criação de produtos, sala de aula invertida. Outra estratégia é prover material de apoio de modo que o aluno possa estudar o conteúdo antes de frequentar a sala de aula. Com base no material estudado, o aluno responde um conjunto de questões. Também é muito importante o uso de tecnologias educacionais.

A comunicação se estabelece de várias formas, como por meio de gestos, cores, símbolos e sinais. Portanto, não ocorre apenas por palavras faladas ou escritas. Há uma convenção entre as partes para que ela ocorra. Para que a comunicação aconteça é necessário o emissor, a mensagem e o receptor. Esse sistema de comunicação permite a troca de informação pelo grupo e a concretização da linguagem.

O sistema de signos que traduz o pensamento verbal e da linguagem foi considerável no desenvolvimento da espécie humana.

Saussure tinha uma visão estruturalista e definiu a língua como um sistema de valores que se opõem uns aos outros, numa relação de dependência mútua, isto é, num sistema em que os termos se definem por uma relação de dependência recíproca. Para ele, a língua é um sistema homogêneo, um conjunto de signos

exterior aos indivíduos que deve ser estudado separado da fala. Para Saussure a linguagem é dividida em duas partes: a língua e a fala, considerando a língua um objeto fundamentalmente social.

Por outro lado, Chomsky em sua teoria gerativista afirma que os seres humanos apresentam uma predisposição genética que permite a aquisição da linguagem. Segundo ele, a língua é um sistema de princípios radicados na mente humana. Ele relaciona a aquisição da língua a termos conhecidos como: competência e desempenho.

Lacan constrói sua tese de que o inconsciente se estrutura como linguagem. Também o lapsus, os atos falhos, os sonhos e os sintomas, em suma, todas as formações do inconsciente, surgem como resultado das substituições metafóricas ou metonímicas de um ou mais significantes por outros, vinculados aos originais por diferentes tipos de relações.



freepik.com

O uso da tecnologia só interferirá no êxito deste processo se o professor não souber trabalhá-la

Lenneberg defende que quando a criança aprende novas palavras, a pronúncia destas que já fazem parte do seu vocabulário se aperfeiçoa, e algumas dessas palavras são acompanhadas com gestos. Por exemplo, quando a criança quer água pode falar uma palavra com o som parecido apontando para um copo com água. Lenneberg traz à “explosão

de nomeação”, para reforçar a posição psicolinguística. A “explosão de nomeação” acontece aproximadamente entre o 24° e o 30° mês da criança, quando o número de palavras conhecidas por ela dá um salto. Até um ano e meio a criança tem um vocabulário de 3 a 50 palavras, e ao completar 3 anos seu repertório passa de 1000 palavras, sem contar com outras 3000, que apesar de não pronunciar, ela compreende. Para Lenneberg este fato torna evidente que a linguagem se desenvolve por meio da maturação, de acordo com “cronogramas biológicos”.

Compreender a comunicação humana é saber que a aquisição da linguagem tem vários níveis. Nos primeiros anos de vida a criança apresenta a fase pré-verbal no desenvolvimento do pensamento e uma fase pré-intelectual no desenvolvimento da linguagem.

A relação professor - aluno é de suma importância para o aprendizado, pois

o vínculo afetivo e o respeito mútuo favorecem a motivação para a aprendizagem. O uso da tecnologia só interferirá no êxito deste processo se o professor não souber trabalhá-la. É necessário que o uso de ferramentas digitais sejam em prol de ampliar o conhecimento e fazer conexões com os diferentes tipos de conhecimentos. Para tal o professor precisa problematizar, estabelecer relações e propor atividades desafiadoras, que estimulem a reflexão crítica de seus alunos.

Existem atividades, utilizadas pelo psicopedagogo, para estimular o desenvolvimento das crianças. Entre eles, Jogo Simbólico, de Construção, de Regras e Cooperativo.

Jogo Simbólico - também chamado de *faz-de-conta*, caracteriza-se por recriar a realidade usando sistemas simbólicos, ele estimula a imaginação e a fantasia da criança, favorecendo a interpretação e ressignificação do mundo real. É fundamental ▶



freepik.com

para o desenvolvimento, favorecendo a interação com o outro, possibilitando a expressão das emoções e percepções vivenciadas na relação que a criança, estabelece com o mundo real. Estimula o desenvolvimento psicomotor, cognitivo, emocional, social e cultural das crianças.

Jogo de Construção - acontece quando as crianças usam, transformam objetos e materiais variados (blocos ou sucatas, por exemplo) e criam novos produtos (parque de diversões, fazenda, engenhocas...). Nestes jogos as crianças começam a entrar em contato com o mundo social e a desenvolver níveis mais complexos de inteligência através do desenvolvimento de suas capacidades de antecipar situações, movimentos e elaborar propostas e possibilidades que podem ou não se concretizar. Estes jogos também possibilitam maiores oportunidades de cooperação entre as crianças.

Jogo de Regras - são jogos estruturados que possuem regras definidas. Ex: dominó, dama, pega-varetas, jogo da memória etc. Segundo Piaget, tais jogos são adequados a partir dos 6-7 anos de idade, quando a criança já começa a entender as regras. A regra surge para a criança como uma forma de afirmação do seu eu, a submissão dela à regra social é um dos meios que o eu utiliza para se realizar, sendo assim a regra se mostra como instrumento da personalidade, é a ordem colocada em nossos atos.

Jogo Cooperativo - e realizado em grupo e enfatiza a participação, a cooperação, trabalho em equipe, o cumprimento da meta, o desafio e a diversão. Tem como **objetivo** incentivar de forma eficaz a ajuda entre duas ou mais pessoas.

A intervenção psicopedagógica pode se dar através do lúdico, com jogos e brincadeira que envolvam o raciocínio lógico e a resolução de problemas

Não há competição e, sim, colaboração, por isso não há perdedor ou ganhador. A ênfase está em cumprir a tarefa e para tal, todos se ajudam. O resultado do jogo está na participação da atividade coletivamente, favorece o respeito, a colaboração, a comunicação. Os jogos cooperativos também têm como objetivo fazer com que uma pessoa se coloque no lugar de outra. Aprenda a compartilhar e cooperar com o próximo. Estimular o afeto, a compaixão e facilitar a aproximação e a aceitação entre os membros da equipe para alcançar um objetivo no final.

O trabalho psicopedagógico pode, através da Literatura, atuar no desenvolvimento da personalidade moral do aluno, pois através das histórias, pode-se refletir sobre os comportamentos positivos, ou negativos, o que é ético, o que não é. As histórias e contos utilizados pelo psicopedagogo e o trabalho de reflexão crítica levam a criança a construir sua autonomia moral, ou seja, agir de forma assertiva quando está sozinha, independente se tem alguém vigiando ou não. Muitas crianças e adolescentes só tem comportamentos assertivos quando estão na presença de adultos. Mas quando estão sozinhas, agem de forma inadequada. O objetivo é que a criança compreenda que independente de ter um adulto ou não perto dela, ela precisa agir de forma correta.

A intervenção psicopedagógica auxilia no raciocínio matemático, visando amenizar os sintomas das dificuldades relacionadas ao raciocínio lógico, corrigindo os fatores que contribuem para tal dificuldade e resgatando a autoestima do indivíduo para que este tenha uma melhor qualidade de vida e autonomia para elaborar estratégias que viabilizem seu sucesso em tarefas que, outrora, lhe eram praticamente impossíveis de realizar.

A compreensão da matemática envolve a construção de estruturas básicas de interação, classificação, correspondências, grupos etc., ou seja, o saber matemática vai além de ensinar cálculos. A intervenção psicopedagógica pode se dar através do lúdico, com jogos e brincadeira que envolvam o raciocínio lógico e a resolução de problemas. Jogos como o Tangram, Sudoku, Ábaco Aberto, Material Dourado, Palitos, entre outros são sugestões de atividades promotoras de situações-problemas que podem ser utilizadas no tratamento psicopedagógico com sujeitos que apresentem problemas de raciocínio lógico. ●



BIANCA ACAMPORA

Doutora em Ciências da Educação. Pedagoga. Psicopedagoga. Autora, com Beatriz Acampora, do livro "Psicopedagogia institucional - guia teórico e prático" (Wak Editora).



Educação 4.0

O entrevistado nesta edição é o Professor Cassiano Zeferino de Carvalho Neto, presidente do Instituto Galileo Galilei para a Educação e pesquisador-convidado do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), onde atua como gestor de projetos do Laboratório de Pesquisa em Educação Científica e Tecnológica.

Cassiano está lançando seu novo livro *Educação 4.0: princípios e práticas de inovação em gestão e docência*, pela editora Laborcincia, fato que suscitou esta entrevista na qual arguimos o autor a respeito do que, afinal, trata a Educação 4.0.

Acompanhe a entrevista.



Revista Escola Particular

Como falar em uma Educação 4.0 se alguns educadores acreditam que nem mesmo chegaram a praticar a Educação 3.0?

Prof. Cassiano

É preciso definir inicialmente, dentre as nomenclaturas existentes, por que 'Educação 4.0' tem este título. A Educação 4.0 (CARVALHO NETO, 2017) consiste em uma abordagem teórico-prática avançada para a gestão e docência na educação formal que vem demonstrando, por evidência de pesquisas de base científica e tecnológica, seu potencial transformador e inovador para as instituições de ensino.

A Educação 4.0 é identificada pela letra E (maiúscula) elevada à quarta potência (E4), porque está estruturada sobre quatro referenciais teórico-tecnológicos, considerados pilares dinamicamente interligados, definidos como estruturadores, tendo ao centro o chamado Modelo Sistêmico de Educação (MSE) e como radiais a Educação Científica e Tecnológica (ECT), a Engenharia e Gestão do Conhecimento (EGC) e a Ciberarquitetura (CBQ). Das dinâmicas geradas entre esses referenciais surge a Educação 4.0 como modelo para a inovação continuada, em uma era em que a aprendizagem é personalizada. Trata-se de lidar com o presente, pois o futuro já chegou. Quem tirar a venda dos olhos verá.

Revista Escola Particular

Mas as escolas, mesmo aquelas mais diferenciadas, apresentam defasagens em termos de acompanhar a evolução dos modelos educacionais, que dirá das instituições que ainda hoje padecem da falta do essencial. Não parece um modelo exótico, para um cenário tão pouco favorável às mudanças?

Prof. Cassiano

Há exatos 20 anos escrevi um artigo a pedido da Secretaria de Estado de Minas Gerais no qual a temática central era: 'De onde virá a revolução educacional?' Naquela oportunidade afirmei que as transformações profundas não viriam dos intelectuais e suas teorias inéditas, mas dos pés calçando tênis que adentram, já àquela época, as salas de aula das escolas da educação básica e superior. E o que vemos hoje? A mudança de paradigma já ocorreu, as gerações de estudantes, praticamente todos nativos digitais, aprendem e pensam de forma desconcertantemente diferente daquela que pensamos, pois, suas estruturas psíquicas superiores são formadas no seio da cultura, uma cultura digital que opera em rede e online. A presencialidade deixou de ser o padrão e o que se tem na atualidade são os espaços-tempo ciberarquitetônicos, isto é, as informações transitam não somente nos ambientes físicos (arquitetônicos) mas provêm e seguem para o ciberespaço na acepção de Pierre Levy. Para acompanhar a galera (e olha lá!), professores e gestores são chacoalhados e desafiados todos os dias e isso é o efeito direto da revolução já em andamento. O problema é não ter uma visão teórica capaz de dar conta, de forma sistêmica, desses desafios e o que se faz é ficar oscilando em uma corda-bamba, de um lado para o outro, sem se saber ao certo para onde ir. A Educação 4.0 é precisamente um referencial teórico-tecnológico seguro que pode responder ao cenário presente, pois seus fundamentos partem de um paradigma que não é um mero remendo em tecido velho. Portanto, nada tem a ver com a escola ter mais ou menos recursos materiais, pois o que se precisa neste mo-

mento é de patrimônio humano, pessoas, conhecimento e ação.

Revista Escola Particular

Pode dar um exemplo efetivo de aplicação da Educação 4.0 em escolas e outras iniciativas?

Prof. Cassiano

O ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) é uma instituição respeitada e reconhecida nacional e internacionalmente, como uma escola de formação de engenheiros. O ITA foi pano de fundo e vanguarda na gênese da EMBRAER e de muitos outros projetos e processos pouco divulgados, como por exemplo o estabelecimento do padrão PAL-M para transmissão de sinal a cores de TV no

A mudança de paradigma já ocorreu, as gerações de estudantes aprendem e pensam de forma diferente daquela que pensamos

Brasil, no final da década de 1960. O fato de ser uma escola de grande valor para a economia do país e contar com alunos que chegam lá a partir de um vestibular muito concorrido, exige que os processos de inovação sejam constantes, para que ela possa se manter na liderança. Atualmente executo um projeto de inovação para a educação em engenharia (chamado Inova ITA), que tem por pressuposto justamente manter uma qualificação profissional continuada de alto nível, para os professores da escola, de modo que possam também manter diferenciais em seus projetos educacionais e na formação dos estudantes. Nesta iniciativa os fundamentos teórico-tecnológicos são encontrados nos princípios e práticas da Educação 4.0, dentro do projeto aprovado pela CAPES e pelo ITA. Mas há outras iniciativas. Em 2017 uma iniciativa do SIEEESP colocou em execução, pelo Instituto Galileo Galilei para a Educação, o curso 'Gestão e Docência com Inovação em Educação'. Neste programa de educação continuada o plano de fundo e os projetos são todos levados adiante pelos pressupostos da Educação 4.0. As avaliações e troca de experiências durante o curso demonstram a apropriação que é feita pelos gestores e docentes e como isso já está impactando em suas ações profissionais e nas suas escolas de origem. Há outros exemplos em universidades particulares, secretarias municipais de educação e escolas particulares e públicas da educação básica. Para um modelo emergente o que realmente tem valor são os resultados mensuráveis que



podem ser obtidos a partir do conhecimento e da aplicação que se faz no piso de sala de aula e nas escolas.

Revista Escola Particular

O surgimento do modelo da Educação 4.0 é recente? Qual foi a sua gênese?

Prof. Cassiano

O livro em fase de lançamento sim, é um fato novo, mas a construção do modelo de Educação 4.0 considero que seja um processo de culminância de estudos,

aplicações e pesquisas nos quais venho trabalhando e que, em 2018, completará 40 anos de existência. De fato, não se trata de desenvolvimento temático que se baseie em uma única ciência, mas sim de uma visão integrativa de sub-ramos do conhecimento que passa pela Educação Científica e Tecnológica, Teoria de Sistemas, Engenharia e Gestão do Conhecimento, e a Pedagogia. Para o leitor que queira conhecer os documentos acadêmicos de fundo poderei citar o acesso, ao final da entrevista.

Revista Escola Particular

Como as escolas da educação básica e superior, gestores, especialistas e educadores podem conhecer os princípios da Educação 4.0?

Prof. Cassiano

No próximo ano o SIEEESP, em parceria com o Instituto Galileo Galilei para a Educação, realizará ao menos um curso em cada semestre, abordando os princípios e práticas da educação 4.0. Na plataforma digital www.4educa.com.br existe um curso que pode ser realizado, gratuitamente, apresentando os principais pontos da Educação 4.0, basta se matricular e seguir o percurso apresentado. Quanto ao livro o mesmo estará à disposição dos leitores a partir de janeiro de 2018, onde já se organizam palestras e eventos com minha participação. Para conhecer os fundamentos anteriores que sustentam a Educação 4.0, pode ser visitado: <http://www.carvalhonetocz.com/publicacao-academica/> ●





freepik.com

ENSINAR CONTEÚDOS OU DESENVOLVER COMPETÊNCIAS?

Trazemos diversas heranças da escola em que estudamos. A maior parte delas de forma tão incorporada ao nosso ser que dificilmente as reconhecemos como tais. “Livro pra ser bom tem que ser grosso”; “o professor fala e o aluno ouve”; “é o professor quem decide como vai ser a aula” são apenas algumas das verdades inquestionáveis inculcadas pela escola tradicional que acabam determinando muito da prática de diversos professores. Talvez o paradigma que mais influencie a prática docente seja o de que o aluno deve se ocupar de aprender os conteúdos que lhes são ensinados e que um dia ele descobrirá para que eles servem. Foi isso que aconteceu conosco na escola e mesmo sem termos descoberto até hoje a aplicação prática da maioria dos conteúdos que estudamos, essa verdade continua soando como incontestável. A escola tradicional sempre tratou o desenvolvimento de competências como algo natural e automático. Ao aprender os conteúdos, iremos, naturalmente,

desenvolver as competências. Cumprir o programa era tudo que a escola precisava fazer. Havia a crença de que tendo estudado tudo o que constava do programa, ao defrontarmos com algum problema do mundo real, os conteúdos necessários para resolver tal situação se interconectariam e tudo estaria resolvido. Isso significa que estudamos numa escola que desconhecia o processo de desenvolvimento de competências.

O conceito de competência é bastante discutido e refletido, em especial no contexto acadêmico, em função da necessidade de se entender quais os elementos que a compõem e como podemos aperfeiçoar seu desenvolvimento. Competência, tomando-se por

base as definições mais aceitas, é a capacidade para solucionar situações complexas que exijam conhecimentos, habilidades, experiências e atitudes de diversas naturezas. De forma mais simples, ser competente é saber fazer escolhas, decidir, mobilizar recursos e agir, diante de situações complexas. A maioria dos autores concorda que as competências são compostas por quatro principais articuladores que são o conhecimento, a habilidade, a atitude e a experiência. Ao contrário do que a escola nos inculcou, não basta ensinarmos conteúdos, é preciso uma ação específica no sentido de desenvolver competências e essa ação envolve, além de ensinar conteúdos, desenvolver habilidades e atitudes e

O conceito de competência é bastante discutido e refletido, em especial no contexto acadêmico

A 22ª Vara Cível Federal de São Paulo julgou procedente ação movida em face da União Federal, que buscava o reconhecimento da inconstitucionalidade da contribuição social referente a alíquota de 10% sobre o montante dos depósitos ao FGTS, esta devida em função de demissão sem justa causa, instituída pela Lei Complementar 110/2001.



Segundo decisão da Juíza Federal Tatiana Pattaro Pereira, *“A finalidade para a qual foram instituídas essas contribuições (financiamento do pagamento dos expurgos do Plano Verão e Collor) era temporária e já foi atendida, tendo em vista que a última parcela dos complementos de correção monetária foi paga em 2007, conforme cronograma estabelecido pelo Decreto n.º 3.913/01. Desta forma, como as contribuições têm como característica peculiar a vinculação a uma finalidade prevista, atendidos os objetivos fixados pela norma, nada há que justifique a continuidade da cobrança dessas contribuições”*.

Em suma, a Juíza reconheceu como temporária a finalidade da contribuição instituída, uma vez que a última parcela dos complementos de correção monetária atendendo ao cronograma do Decreto supra, foi paga no ano de 2007. Ou seja, já se mostra atendida em sua finalidade.

Pela decisão da Douta Juíza Federal, todos aqueles que recolheram referida contribuição à partir de então, terão direito à compensação dos valores indevidamente pagos (*à partir de janeiro de 2007*), respeitando a prescrição quinquenal.

*Para mais informações, entre em contato com nossa assessoria jurídica:
(11) 5056-9430*





freepik.com

proporcionar uma experiência mínima. O professor precisa colocar em prática esses quatro articuladores para que verdadeiramente desenvolva competências em seus alunos.

Ao ensinar determinado conteúdo, a primeira pergunta do professor deve ser qual a relevância do mesmo para o desenvolvimento das competências efetivamente planejadas. Qual conteúdo é mais relevante para o desenvolvimento da competência de analisar situações de risco em encostas na vida real: diferentes tipos de erosão de acordo com o elemento que a desencadeia ou a vegetação como fator de fixação do solo em encostas? A partir dessa análise, o professor precisa focar os esforços na mesma proporção da relevância do conteúdo para o desenvolvimento da competência. Outra atitude fundamental no desenvolvimento de competências em sala de aula é a apresentação de situações-problemas que tenham relevância sociocultural, ou seja, que sejam as mais próximas possíveis da vida como ela é. Seguindo

o exemplo, seria ensinar os conteúdos formação de solos e erosão através da análise de situações reais de deslizamentos de encostas. Outros exemplos podem ser: ensinar orientação geográfica através do uso real de bússolas e as quatro operações, fazendo compras num mercadinho simulado.

Para que auxiliem no desenvolvimento de competências, os desafios apresentados em sala de aula devem possuir algumas características essenciais. A primeira delas é como já dito, terem relevância sociocultural. A segunda é terem nível de dificuldade compatível com o conhecimento e o nível de desenvolvimento cognitivo dos alunos. A terceira é serem apresentados num nível crescente de dificuldade e a quarta é evocarem conteúdos, habilidades, atitudes e experiências que levem as crianças e jovem a resolverem o problema. Para isso, as atividades desafiadoras precisam ser minuciosamente planejadas, levando em conta todas as suas características essenciais.

Levando em conta o corre-corre do dia-a-dia e a ainda (infelizmente) constante cobrança de cumprir todo o programa (ou de terminar todos os livros), precisamos nos habituar a ensinar os conteúdos e desenvolver as competências ao mesmo tempo. Precisamos, igualmente, compreender que o desenvolvimento de competências exige ações intencionais e específicas. Para que isso ocorra, é fundamental que mapeemos o que é relevante e utilizemos o tempo em sala de aula de forma proporcional às relevâncias mapeadas, sob pena de ficarmos, por exemplo, quatro aulas falando de conceitos como “Azimuth” e “abóbada celeste” e ensinarmos o movimento de rotação da terra e suas consequências numa única aula, pelo fato da prova ser na semana seguinte. ●



JÚLIO FURTADO

Educador, escritor e palestrante.
www.juliofurtado.com.br



ATENÇÃO PARA A NOVA CONVENÇÃO COLETIVA DOS SEUS FUNCIONÁRIOS

VOCÊ SABIA QUE?

- As cláusulas (**de acordo com sua região**) 16, 18 e 19 das convenções coletivas das escolas particulares dizem respeito à responsabilidade da escola em indenizar os beneficiários de seus funcionários caso venham a falecer?
- A Indenização para os professores e auxiliares é de 24 vezes o salário do funcionário que vier a falecer?
- O seu Sindicato SIEEESP, juntamente com a KLIMA CORRETORA DE SEGUROS, possui uma apólice de Vida em Grupo, com condições diferenciadas, para evitar imprevistos e garantir tranquilidade da sua gestão?

COBERTURAS:

- Morte dos funcionários por qualquer causa, até o limite máximo da indenização de R\$ 300.000,00;
- Auxílio funeral de até R\$ 3.000,00;

CONFIRA AS VANTAGENS:

- Fácil adesão;
- Ótimo custo x benefício;
- Simplicidade na liquidação de sinistros;
- A Klima Corretora é especializada no segmento Educacional, onde através da parceria de quase 20 anos com o SIEEESP, e também com excelentes Seguradoras, pode oferecer às escolas particulares uma apólice a um custo tão baixo, com facilidades na adesão, e atendimento diferenciado.

Confira na íntegra as convenções da sua região acessando o site: www.sieeesp.org.br

Veja um exemplo de cálculo de seguro:

Folha de Pagamento Mensal: _____ R\$60.000,00
Valor mensal do Seguro: _____ R\$ 324,89

Ligue agora para (11) 5087-6522 e garanta sua adesão ao **Seguro de Vida em Grupo SIEEESP.**

Seguro **Vida em Grupo**



Klimaseguros@klimaseguros.com.br

Av. Das Nações Unidas, 18.801 . Conjuntos 425 / 426 . CEP 04795.100 . Vila Almeida



A importância do Brincar

As brincadeiras colocam o espaço físico e os objetos em relação com o corpo da criança. Criança precisa de movimento e de condição de exploração para descobrir sobre todo o potencial do seu corpo e sobre tudo que a rodeia. A variedade é importante de um lado, mas ela precisa também ter a condição de repetir a sua ação e de frequentar a mesma situação, ambiente, relação. Assim, os gestos, as posturas, as habilidades motoras, o equilíbrio e a coordenação vão se organizando, fluindo com mais segurança e se ampliando e se diversificando.

Criança precisa de obstáculos, de dificuldades e até mesmo de correr riscos, limitados a uma segurança básica, claro. Ambientes constantes, uniformes e muito protegidos, assépticos até, não favorecem a descoberta das novidades e da própria capacidade de lidar com elas.

Há um movimento atual bem forte para a defesa do direito da criança brincar livremente, de poder usufruir de espaços abertos e seguros para se expandir e mesmo a defesa da necessidade de a criança se arriscar mais, aprendendo a li-

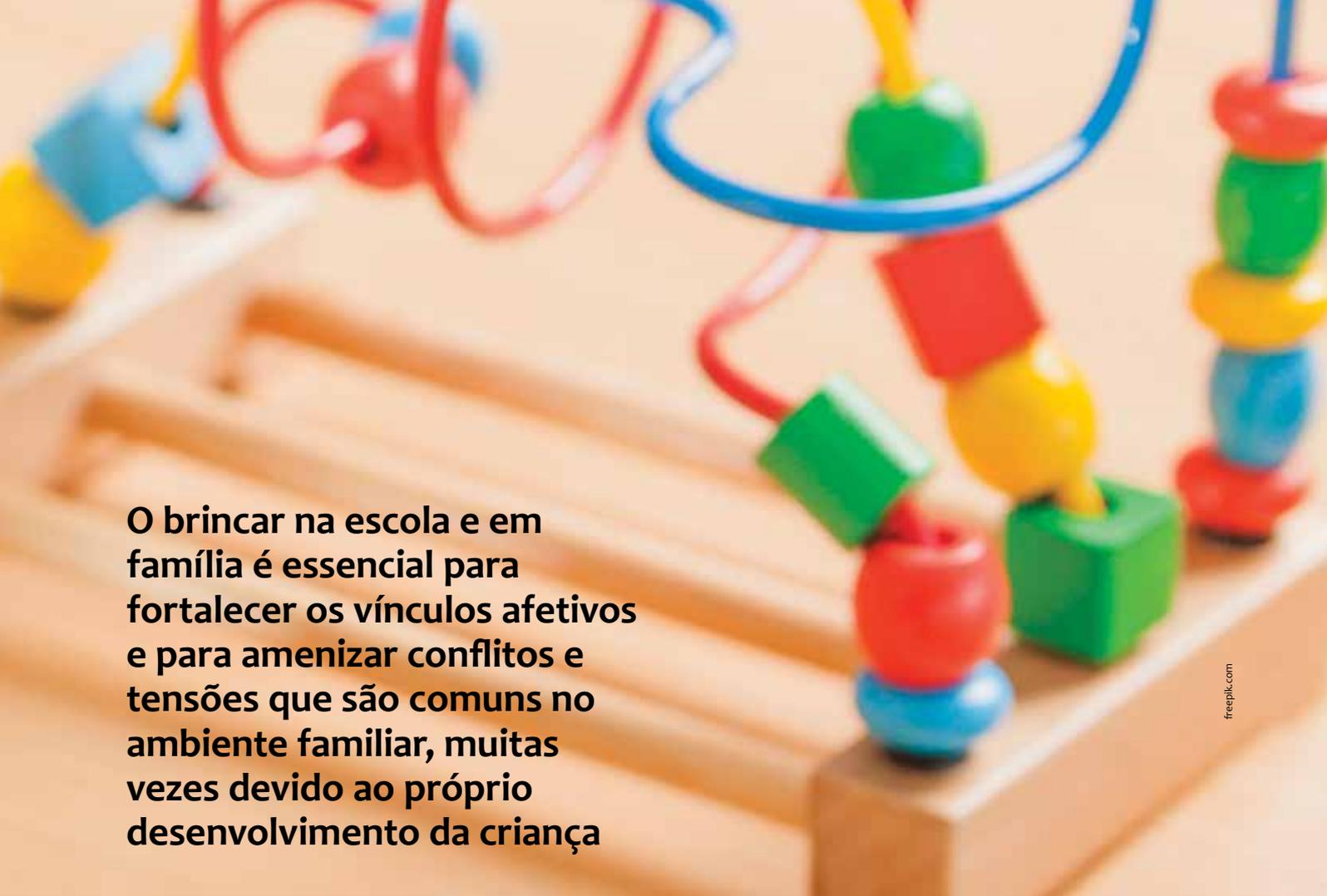
dar com o ambiente físico e social e assim se desenvolver em todos os sentidos. Não há como negar que estas condições de desenvolvimento estão ameaçadas para as crianças mais carentes e são muito precárias no meio urbano para todas elas.

Reitero a importância do brincar como atividade essencial para o desenvolvimento humano e, por isso, ele deve ser entendido como um direito de toda criança, direito este que ela não pode reivindicar para si. Cabe a nós, adultos, tomar consciência desse fato e fazer valer este direito essencial para a sua saúde física, mental e emocional. Tempo e espaço para brincar, locais públicos adequados e com equipamentos lúdicos de qualidade, maior atenção para a formação lúdica de educadores, profissionais da Saúde e de outras áreas que se ocupam com a infância são os meios concretos para a realização do direito de brincar.

O desenvolvimento físico é o fundamento do desenvolvimento mental. Equívoco se pensar que o bebê não compara, classifica ou faz sequência temporal. Ele já faz tudo isso, só que sempre com base no próprio corpo. Com

as suas sensações e movimentos, ele vai organizando os eventos básicos de sua vida, que para ele são a alimentação, o sono, o banho, o dormir, o toque acolhedor na relação com os seus cuidadores, com seus brinquedos de apegos. Ele vai percebendo as rotinas, o ritmo do dia, e vai criando pequenas sequências temporais e espaciais começa a esperar o que vai acontecer. Por ex., quando ele ouve os sons da preparação do alimento, a colher batendo na panela ou no prato, ele já sabe que a hora da comida está chegando. Depois do banho e da mamada, ele sabe que vai ter historinha, cantigas e que está chegando a hora de dormir.

Na Associação Brasileira de Brinquedotecas (ABBri), onde atuo na diretoria como voluntária, estamos construindo um material chamado “Receite uma brincadeira”, destinado a pediatras, principalmente. Propomos que os benefícios das brincadeiras podem ser comparados aos de uma medicação, em certos casos, e podem apoiar com muita eficácia os tratamentos, por exemplo, nos casos de crianças com deficiências sensoriais, motoras ou cognitivas, quando a estimulação



freepik.com

O brincar na escola e em família é essencial para fortalecer os vínculos afetivos e para amenizar conflitos e tensões que são comuns no ambiente familiar, muitas vezes devido ao próprio desenvolvimento da criança

oferecida pelo ambiente é fator decisivo para o desenvolvimento.

O brincar na escola e em família é essencial para fortalecer os vínculos afetivos e para amenizar conflitos e tensões que são comuns no ambiente familiar, muitas vezes devido ao próprio desenvolvimento da criança. E sabemos, por outro lado, mediante pesquisas, que os pais não estão se vendo como capazes de promover brincadeiras com seus filhos e, ainda mais, não vêm o brincar como o fator mais importante para o bem-estar e o desenvolvimento saudável de seus filhos.

Vou sugerir brincadeiras com bebês, porque percebo que muitas pessoas acham que bebê não brinca. Brincadeiras bem simples para se fazer em casa com eles que não sentam ainda são, por exemplo:

– **BRINQUEDOS DE BATER** – a partir de 6 meses. Contribuição: Coordenação motora /diferenciação de sons. Bater tampas de painéis, colheres ou brincar com o bate-pino deixa o bebê feliz e satisfaz sua necessidade de compreender o que esses objetos podem fazer, ao tempo em que desfrutam do som produzido pelas batidas.

Batucada de colheres. Os bebês gostam de bater objetos e produzir sons. Dê para o bebê uma colher de pau e mostre

como bater em diferentes superfícies: a mesa, o chão, papel e etc. Dê ao bebê duas colheres de metal e também faça uma bater na outra e em diferentes superfícies. Repare como ele se diverte com as diferenças de sons e intensidades.

Caretas engraçadas: é uma brincadeira de imitação que promove a relação adulto-criança, na base do olho no olho. Os bebês tentam imitar as caretas e sons que o adulto fizer, assim ele irá prestar atenção e tentará interagir. Por exemplo: coloque sua língua para fora e faça uma careta e um som ao mesmo tempo. O bebê tentará imitar, abrindo a boca e tentando por a língua para fora também; arregale os olhos, depois pisque; movimento a língua para cima e para baixo, para os lados e veja como ele reage.

Para bebês que sentam ou já engatinham e também para os maiores que já andam, há uma brincadeira muito rica para a exploração sensorial e motora. É chamada: O cesto dos tesouros. Ela consiste em colocar um cesto no chão, cheio de objetos caseiros e também da natureza, com diversidade de materiais, formas, texturas, sons, peso, temperatura. A criança irá explorar madeira, metal, tecidos, couro, conchas, frutas, etc. Com essa atividade, poderá explorar uma infinidade de objetos do seu ambi-

ente, conhecer seus atributos e aprender as formas de pegá-los, de tirar sons, de bater, atirar, rolar.

A inteligência se desenvolve desde o nascimento, com características e por meios diferentes. A lógica se estrutura primeiro no corpo, depois na imaginação, até chegar ao raciocínio abstrato e generalista que permite lidar com muitas informações ao mesmo tempo e elaborar relações na base das hipóteses, deduções e inferências. Não há como se apressar este processo, cada fase precisa ser intensamente vivida para sustentar bem as próximas aquisições. Quando crianças muito pequenas são expostas a estímulos de imagens (na TV, nos brinquedos de tablets, por exemplo) e, ao mesmo tempo, diminuem muito a exploração física do ambiente, como é bem comum atualmente, entendo que isso não está ajudando a construção do pensamento lógico. A criança fica sem uma referência concreta daquilo que está sendo representado, porque essa realidade por imagens não foi construída primeiro no corpo.

As crianças modernas ficam muito restritas na exploração do meio ambiente e do próprio corpo por uma série de questões da vida urbana e da organização atual da vida familiar. Tomar consciência ▶



freepik.com

disso e criar alternativas, dentro das possibilidades dos pais é o primeiro passo. Reportar-se à própria infância, às suas próprias referências de infância pode ser um caminho. E procurar se informar melhor, aprender a ser pai/mãe nos dias de hoje. Por isso essa revista é importante e tem uma função na melhoria da qualidade de vida das crianças e dos pais.

Não incentive o uso de brinquedos e jogos, ditos educativos, porque a relação da criança com os objetos que é importante. Às vezes, pode haver superestimulação, que pode se tornar até uma cobrança para a criança. A criança sabe o que é bom para ela e se a deixarmos a vontade para explorar e aprender ela irá procurar o que faz sentido para ela, a seu tempo e hora.

Não existe nada natural no ser humano, como algo instintivo, inerente. Crianças são criativas na medida em que podem se expressar livremente, sem pressões e constrangimentos do ambiente. Às vezes, os adultos e as circunstâncias de vida da criança tornam isso muito difícil e ela irá se adaptar a um meio menos receptivo a sua espontaneidade de expressão, fechando-se e modificando a sua personalidade. Ela poderá adotar a rigidez de posturas, pensamento estereotipado, desinteresse pelo conhecimento e pelas relações humanas, até fazer uma inibição cognitiva, para se proteger do ambiente. Não estou nem falando de patologias mais extensas e graves. Estou falando de crianças que não conseguem ser espontâneas e que abandonaram sua autenticidade, repetindo formulas prontas. Na sala de aula e muitas vezes no atendimento psicopedagógico nos deparamos com elas.

É Donald Winnicott, pediatra e psicanalista inglês, com seu conceito amplo de criatividade, que nos ajuda a compreender que a brincadeira, mais do que a manipulação de brinquedos e jogos, expressa uma

qualidade de relação, um modo pelo qual a criança reveste os objetos de significados pessoais e assim se torna dona deles e se afirma na sua identidade.

Para este autor, criatividade é movimento, mudança, transformação, é a capacidade de transformar os fatos objetivos e atribuir significação à vida e ao mundo; é poder perceber o mundo de modo singular e poder colocar suas marcas únicas no mundo. Viver de forma criativa consiste em transformar, criar, imaginar, como meios simbólicos que permeiam a relação com a realidade e isso é essencial para a saúde mental, não só das crianças, mas dos adultos também. Neste sentido, a relação criativa com o mundo se prolonga pela vida afora e irá se deslocar da brincadeira para a cultura em geral, para o interesse e a produção nas ciências, esportes, artes, religião, atividades profissionais, todas as manifestações culturais enfim.

Assim, um ambiente que estimula a criatividade infantil contribui imensamente para o desenvolvimento de uma criança interessada no mundo e nos conhecimentos e atividades que estão ao seu redor e que se tornará uma pessoa ativa e participante na construção da sociedade.

No sentido de perigo ou alguma consequência negativa para a criança não tem. Criatividade infantil não é fugir da realidade, pelo contrario, é estar bem ligado a ela. Nós, adultos, é que fantasiados e “viajamos” em nossos devaneios. A criança quando brinca se mantém o tempo todo nessa relação dentro-fora, realidade-imaginação. Se o adulto que brinca com ela exagerar na fantasia, a criança logo avisa: “É só de “mentirinha!”. Ela sabe o limite.

Os limites negativos estão no ambiente, na instabilidade do ambiente familiar e social. São ameaças, mais do que limites, para a criatividade, a pobreza, o desem-

Crianças são criativas na medida em que podem se expressar livremente, sem pressões e constrangimentos do ambiente

prego, o trabalho infantil, o abandono, a negligência dos adultos cuidadores e, como assistimos agora, as guerras e as migrações em massa, envolvendo tantas crianças.

Oferecer materiais menos prontos, com uma estrutura aberta, favorecem que a criança coloque ali os seus significados. Gosto de oferecer às crianças que atendo materiais como panos, linhas, cordões e fitas, pedaços de madeira, caixas de embalagens, botões etc. Brinquedos estruturados – bonecos, carrinhos, miniaturas de objetos caseiros – já vêm com seu significado e podem ser oferecidos, claro, mas é bom diversificar.

Brincadeiras com água e tintas, com massinha, o teatrinho com fantoches ou com bonecos criados pela criança, poder recontar as histórias que ouve e as suas próprias experiências são portas para a espontaneidade e a brincadeira criativa. ●



MARIA CÉLIA MALTA CAMPOS

Pedagoga, doutorou-se em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento e atua como psicopedagoga clínica. Organizadora, com Antonio Carlos Ortega e Cláudia

Patrocínio, do livro “Oficina de jogos e construção de conhecimentos” (Wak Editora).



É tempo da travessia:
e, se não ousarmos
fazê-la, teremos
ficado, para sempre,
à margem de nós
mesmos.” Fernando Pessoa



travessias
EDUCAÇÃO, CULTURA E ARTE

Somos uma iniciativa de consultoria
e assessoria educacional pensada
para ressignificar processos formativos
de educadores da infância.

Acreditamos:

na
integralidade
dos sujeitos

na imagem
da criança
potente

nos espaços
educadores

no educador
pesquisador

na pedagogia
da **escuta**

Venha conhecer nossos projetos, encontros
e cursos. Nosso espaço foi pensado
para favorecer as interações, a pesquisa,
a exploração e despertar os sentidos.



Violência contra professor não se resume a agressor versus vítima

Há uma diferença sutil entre a maioria dos casos de agressão a educadores e a recente violência física sofrida pela professora da escola pública catarinense. A própria docente expôs a ocorrência em suas redes sociais, fato que diverge da tendência natural da vítima que geralmente prefere manter a situação sigilosa.

Também existem dois cenários revelados pelos episódios sucessivos de violência nas escolas. O primeiro, os casos demonstram como a educação presencial e o sistema de ensino estão falidos no Brasil. E, na outra ponta, indica que a educação para o bom uso de plataformas digitais, redes sociais, internet e tecnologias praticamente inexistem ou não apresentam resultados significativos. Portanto,

não há tampouco educação presencial quanto digital no país. Este é o quadro evidenciado nas constantes agressões e violências ocorridas entre os principais atores da comunidade escolar que são os educadores, as famílias e os alunos.

A violência contra os mestres não pode ser compreendida como apenas um fato que ocorre entre agressor e vítima. E tampouco como ocorrência exclusiva da sala de aula. É um dilema bem mais amplo. Envolve questão de saúde pública, do sistema de ensino e também do Poder Judiciário. Bem como é necessária a reflexão sobre os efeitos dos debates públicos e midiáticos sobre a realidade enfrentada pelo professor. Isto significa repensar se as discussões sobre as demandas, válidas e legítimas,

dos educadores para a melhor qualidade do trabalho não acabam por “vitimizar” a classe. Ou seja, se a sociedade não tem colocado o professor num papel hipossuficiente e fraco no qual se torna alvo fácil para eventuais violências cometidas por alunos e, o pior, pelos pais e responsáveis.

Quando o caso da professora agredida é exposto na mídia e redes sociais, revela-se a necessidade de promoção do debate sobre as causas e fatores que levam docentes a abandonar não somente uma profissão, mas missão de vida. Entre as razões, está a violência sistemática e repetitiva cometida no ambiente escolar, conhecida como bullying e, sua vertente no mundo digital, cyberbullying. Forma de agressão já reconhecida pelo sistema legal do país por meio da Lei do Bullying.



freepik.com

A norma determina a promoção de medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de bullying.

Esta lei amplia o leque jurídico tanto para agressores quanto vítimas do bullying e, portanto, não se atem somente aos conceitos sociológicos e pedagógicos sobre o problema. Pensamentos que consideram bullying apenas os casos ocorridos entre alunos. Para a legislação, agressores ou vítimas do bullying serão todos aqueles envolvidos no âmbito escolar, sejam alunos, educadores, pais e todos os profissionais ligados direta ou indiretamente ao ensino, visto que a norma não menciona ou delimita a idade dos envolvidos nos casos de bullying.

O caso da professora catarinense não é o único no país. Todos os dias, professores são agredidos com violência física, verbal ou digital nas escolas públicas e privadas. Há episódios de tão graves que os docentes são afastados por anos do ensino e, na prática, muitos

são transferidos às rotinas administrativas e outros tantos jamais retornam às atividades escolares. Importante dizer que as dificuldades da sala de aula quando se trata de violência enfrentada pelos professores não são exclusivas do ensino público, pois também ocorrem nas escolas particulares.

E se engana quem deposita somente em crianças e adolescentes a responsabilidade pela violência. Muitos pais se demonstram agressivos com professores e com os próprios filhos. Nas escolas particulares, por exemplo, podemos ver casos onde pais e mães denigrem a imagem dos professores e dos colégios por meio de redes sociais e grupos de WhatsApp. Entre os fatores banais das ofensas está a rejeição às eventuais notas baixas dos filhos e medidas sócio pedagógicas sofridas pelos alunos (advertência/suspensão). Ao matricular o filho em uma determinada escola, o responsável legal do aluno concorda automaticamente com o sistema pedagógico e com o regimento interno,

bem como a metodologia de ensino adotada pela instituição. Alunos são submetidos às regras disciplinares da mesma forma que cidadãos são regidos pelas leis.

Quando a violência no âmbito escolar ocorre. O caminho mais promissor é a composição entre as partes envolvidas, com auxílio dos diretores da escola. É a mediação entre ofensor e ofendido. Geralmente, quando se trata de pais agressores a mediação tem sucesso. Na iminência das repercussões do processo judicial para reparação de danos e de queixa-crime, acabam negociando formas de compensação aos prejuízos emocionais e físicos causados.

Entre todos os casos de violência escolar recebidos pelo SLM Advogados este ano, 12 envolvem violência sofrida pelos professores. Isto pode ser compreendido como mudança de postura dos educadores em relação às agressões. Antes, as vítimas se silenciavam. Hoje, estão mais conscientes dos seus direitos e deveres em relação ao problema. E este pode ser considerado um dos resultados mais importantes no trabalho de educação digital, prevenção e combate ao bullying e cyberbullying no ambiente escolar desenvolvido pelo escritório há quatro anos nas escolas de São Paulo.

O programa jurídico-educacional Proteja-se dos prejuízos do cyberbullying visa a instrução de forma jurídica e pedagógica as escolas, clubes, agremiações, professores, pais e alunos em como agir e prevenir casos de incidentes. E se insere num contexto que objetiva a reversão do quadro no qual os atores envolvidos ainda negam ou não reconhecem o bullying. São as situações de violência física ou psicológica, intencional e repetitiva, cometidos presencialmente ou por meio de *smartphones*, *tablets* e redes sociais. Embora o estado de negação seja realidade em parte das escolas, o contexto se altera pouco a pouco e as instituições de ensino começam a trabalhar a prevenção, diagnose e combate ao bullying. A realidade só é alterada após a conscientização do problema, do bom uso das tecnologias fundamentado no respeito e na dignidade da vida humana, do respeito às regras do ambiente escolar e das leis, mas principalmente, na promoção da cultura de paz. ●



ANA PAULA SIQUEIRA LAZZARESCHI DE MESQUITA

Sócia-fundadora da SLM Advogados e palestrante. Especialista em direito tributário e digital, também idealizadora do programa "Proteja-se dos Prejuízos do Cyberbullying". Ela realiza esse trabalho de prevenção nas instituições de ensino para se protegerem juridicamente dos danos que o cyberbullying pode causar.



O LIVRO DIDÁTICO E SUA UTILIZAÇÃO

Os primeiros livros foram inventados pelo povo sumério, por volta do ano de 3.200 AC, quando começaram a escrever em pequenas tábuas feitas de argila. Foi na Mesopotâmia, atual Iraque. Os conteúdos eram as leis, assuntos administrativos, religião, lendas e poesias.

A principal característica de um livro é que ele seja portátil. Portanto as escritas em pedras ou rochas não devem ser chamadas de livros.

Aos poucos o livro se tornou mais leve, pois surgiram outros materiais em sua confecção. Surgiu o papiro que era

proveniente de uma planta egípcia e o couro de animais (pele de cabra, ovelha, etc.) que deu origem ao pergaminho.

O pergaminho foi produzido na região de Pérgamo, atual Turquia. O rei egípcio, Ptolomeu V, de Alexandria, proibiu a exportação do papiro para Pérgamo, porque ele queria atrapalhar a competição entre as duas cidades, em relação ao fato de desejar que Alexandria tivesse a maior biblioteca do mundo, conhecido na época.

Nesse momento o livro tinha o formato de rolo ou volume. Eram folhas de pergaminho colocadas uma ao lado da

outra, depois eram enroladas em dois bastões de madeira ou de marfim. Os leitores liam o pergaminho da mesma maneira que liam o papiro, pois iam desenrolando por um lado e enrolando pelo outro.

No século XII o papel chegou à Europa vindo da China, trazido pelos mercadores árabes. Assim mesmo, os livros continuaram sendo escritos, de forma manuscrita, pelos monges. O trabalho manuscrito de um livro poderá durar até um ano.

Somente em 1450, no século XV, mudou a produção de livros, com o

surgimento da prensa e os tipos móveis, criada por Gutenberg. A primeira obra impressa com a prensa e os tipos móveis foi a Bíblia.

No Brasil os livros foram feitos a partir de 1808, com a vinda da família Real portuguesa para o Brasil, que trouxe uma máquina impressora.

Agora que já falamos um pouco do surgimento do livro, vamos para o livro didático e sua utilização na escola.

O livro didático tem como função auxiliar o professor em suas aulas e não deveria ser o único instrumento de ensino e aprendizagem.

A escolha do livro didático deverá ser cuidadosa, pois é um instrumento do professor que ajuda muito seu trabalho pedagógico. Ele não poderá ser o único material a ser utilizado na escola, portanto o trabalho do professor não deverá limitar-se somente ao conteúdo desse livro, que deverá ser utilizado como material de apoio. Deverá ser visto de forma crítica, assim sendo, o trabalho em sala de aula ficará mais enriquecido.

Os textos didáticos não podem ser os únicos recursos, os limites, pois o ensino deverá sempre partir das experiências e realidades vividas pelos alunos nos contextos em que vivem.

O livro didático deverá ser usado e explorado, durante todo o ano letivo. Também é um instrumento de segurança para o aluno se precisar se ausentar das aulas.

O professor deverá apresentar o livro didático, logo no início do ano, assim como, a forma que ele será utilizado. O aluno deverá aprender como utilizá-lo desde o índice, o seu conteúdo, mesmo que alguns capítulos não sejam utilizados pelo professor.

É importante que o professor adote um livro e os alunos deverão ser orientados a buscarem enriquecimento em bibliografias que poderão ser encontradas na biblioteca da escola. Lembrando que o professor deverá sempre se preocupar com o nível de desenvolvimento de seus alunos, para que a busca da ampliação dos conteúdos possa ser feita não só com eficiência, mas também com eficácia.

Os livros são fontes valiosas de informação e o livro didático usado de forma adequada irá despertar nos alunos o gosto pela leitura e o hábito de estudar sozinho.

É preciso lembrar que os alunos têm diferentes formas e tempo para compreender e assimilar as informações. Quando o professor utiliza como recurso didático a aula expositiva, ele acaba exigindo que todos os alunos aprendam ao mesmo tempo. Se houver, também, o uso

do livro didático o aproveitamento será maior ele estará respeitando o tempo de aprendizagem de cada aluno, proporcionando um melhor aprendizado.

Existem vantagens na utilização do livro didático, vamos registrar algumas: 1) traz assuntos complexos e os apresenta de modo simples e direto; 2) propicia ao aluno a capacidade de ler; 3) incentiva o estudo independente; 4) auxilia a escrita correta das palavras; 5) favorece a recapitulação das leituras; 6) permite uma base de conhecimentos comuns nos alunos da mesma sala de aula; 7) favorece a leitura posterior de um determinado assunto que despertou o interesse dos alunos; 8) o livro didático pode ensinar aos alunos experiências que seriam muito difíceis de serem realizadas de forma direta.

É muito importante que o professor adote algumas atitudes antes de usar o livro didático. Há algumas recomendações que podemos registrar: a) fazer uma leitura especial de cada assunto ou tópico; b) Verificar e assinalar se o livro apresenta erros de informação ou de escrita; c) Deixar bem claro os objetivos de sua aula; d) fazer o planejamento de atividades que auxiliam o aprendizado do assunto, ou seja, entrevistas, desenhos, dramatizações, histórias, poesias, músicas, exercícios, perguntas serem discutidas, estudos do meio, esquemas, relatórios, etc.

É fundamental, que o professor sempre prepare o assunto que irá desenvolver em sua aula, a seguir prepare seus alunos para a aula e, finalmente os alunos devem ler e trabalhar o assunto da aula.

Quando o professor decidir adotar um livro é necessário fazer uma análise, sendo importante os critérios de análise da forma e do conteúdo dele.

Ao analisar um livro em sua forma, é importante observar seu tamanho, a nitidez dos tipos e as linhas impressas, que devem atender ao desenvolvimento da capacidade de discriminação visual dos alunos. O professor também deverá observar as ilustrações do ponto de vista de sua adaptação ao texto ao qual pertencem. A cor do papel, sua espessura, o acabamento da capa, tendo em vista sua durabilidade, facilidade de manuseio e transporte. Também é importante ver o preço do livro em função da acessibilidade de sua compra.

A análise do livro didático deverá ser feita em relação ao seu conteúdo, sendo importante a verificação das informações que contém as atividades sugeridas, verificando se são adequadas aos objetivos educacionais da proposta curricular e de acordo com os objetivos

Quando o professor decidir adotar um livro é necessário fazer uma análise, sendo importante os critérios de análise da forma e do conteúdo

da escola, do curso e da matéria da disciplina escolar. Tendo a finalidade de desenvolver a capacidade criadora, a crítica e a análise dos assuntos, dando possibilidades de desenvolvimento de valores de convívio social, de cooperação, senso de responsabilidade, poder de ação e decisão. Todas as informações deverão ser concretas, atualizadas, em linguagem acessível e sempre interligadas com a vida real e as experiências de vida dos alunos.

Outro critério importante é observar se o livro didático irá permitir a integração das áreas do currículo, com textos que poderão também ser utilizados ao mesmo tempo pelas demais áreas contempladas no projeto político e pedagógico da instituição de ensino.

Para finalizar esse pequeno estudo a respeito do livro didático, deixo algumas palavras, que devem estar sempre presentes na mente do professor: O livro didático nunca poderá ser o único meio de aprendizado dos alunos, como já se colocou acima, mas é fundamental que seja um dos interlocutores do professor acompanhado de outras fontes que são facilmente encontradas nas bibliotecas, no meio ambiente e nos instrumentos tecnológicos que permeiam nossa existência no terceiro milênio que nos apresenta e nos envolve com muitas transformações em nosso entorno. ●



GRAZIELLA BERNARDI ZOBOLI
Mestre em Educação, Supervisão e Currículo. Autora do livro "Práticas de Ensino: subsídios para a atividade docente", publicado pela Wak Editora.



Nota de Falecimento



Adhemar Oricchio

Ético, o mais ético dos seres humanos, sempre valorizou todos que trabalhavam com ele. Nunca deixou ninguém humilhar ou diminuir os funcionários que estavam sob sua liderança! Era líder nato!

Antes do Sieceesp, foi editor no Jornal *O Estado de S. Paulo* e trabalhou também na Agência Estado. Sempre aceitou novos desafios com grande alegria.

No sindicato, além da revista, desenvolveu o nosso Jornal Eletrônico.

Era um professor, um mestre. Aprendia para ensinar.

Mesmo diante de todo seu quadro clínico, nunca desistiu da vida e nos deu um verdadeiro exemplo de luta e amor pela profissão.

Ainda saído de uma UTI, voltou para o trabalho com um sorriso no rosto e pronto a manter a sua organização de sempre. Nunca desistiu de nada e nem de ninguém e estava sempre pronto para arregaçar as mangas e mostrar que o sangue italiano que corria em suas veias era forte.

Seu coração amável e cheio de compaixão trazia conforto a quem precisasse de palavras de carinho ou apenas de um abraço de consolo.

Para o Sieceesp, foi um colaborador valoroso, que nunca faltava ao serviço, extremamente fiel e de total confiança. Não foi à toa que o departamento de Imprensa só cresceu com o seu trabalho e que ainda renderá muitos frutos com tudo aquilo que ele construiu.

Toda a diretoria e equipe está em luto com tamanha perda, mas certos de que esse guerreiro lutou até o último minuto para não deixar ninguém desamparado.

Adhemar deixa a esposa Clélia, os filhos Sandro e Karina, e as netas Carolina e Camila, a quem oferecemos o nosso apoio e sentimentos.

Deixará muitas saudades em todos aqueles que tiveram a oportunidade de conhecê-lo.

Vá em paz, grande mestre e amigo! ●

Com nossos corações repletos de tristeza, comunicamos que, no dia 30 de novembro, nosso amigo, Adhemar Oricchio, faleceu aos 77 anos.

Jornalista e assessor de imprensa do Sieceesp há mais de vinte anos, sempre foi reconhecido por ser um profissional extremamente competente e um ser humano de presença inigualável.

Foi o responsável pelo desenvolvimento da Revista Escola Particular e pelo seu crescimento até os dias de hoje.

“A morte não é nada.
Eu somente passei
para o outro lado do Caminho.
Eu sou eu, vocês são vocês.
O que eu era para vocês,
eu continuarei sendo.
Me dêem o nome
que vocês sempre me deram,
falem comigo
como vocês sempre fizeram.
Vocês continuam vivendo
no mundo das criaturas,
eu estou vivendo
no mundo do Criador.
Não utilizem um tom solene
ou triste, continuem a rir
daquilo que nos fazia rir juntos.
Rezem, sorriam, pensem em mim.
Rezem por mim.”

Que meu nome seja pronunciado
como sempre foi,
sem ênfase de nenhum tipo.
Sem nenhum traço de sombra
ou tristeza.
A vida significa tudo
o que ela sempre significou,
o fio não foi cortado.
Porque eu estaria fora
de seus pensamentos,
agora que estou apenas fora
de suas vistas?
Eu não estou longe,
apenas estou
do outro lado do Caminho...
Você que aí ficou, siga em frente,
a vida continua, linda e bela
como sempre foi.”

Santo Agostinho





O ACADESC é um sistema de gestão escolar prático e flexível que irá otimizar seu tempo, organizar seus processos e deixar sua escola muito mais produtiva!

Tecnologia, Segurança e Inovação para sua escola!

Experimente!
agora também como
locação!



www.acadesc.com.br

Gestão Escolar (Secretaria & Tesouraria)

Organize seus procedimentos através de um sistema versátil, dividido em dois módulos: Secretaria e Tesouraria. No primeiro você terá a sua disposição a ficha cadastral do aluno, Boletim e Gráfico de Aproveitamento, Atas e livro de matrícula, Histórico Escolar, Cadastro de Professores, Disciplinas e Comunicados da área pedagógica. No segundo você poderá realizar a baixa de pagamentos automática e manual, emissão de recibos e fluxo de caixa, emissão do Contrato Escolar, Boletos bancários, Aviso de débitos, Listagem de inadimplentes, listagem de previsão de recebimentos e cartas de cobrança.

Interface Web

Apoio aos Pais

Nova ferramenta online que permite aos pais acessar o Boletim, Avaliações, Emissão de 2a. via de Boletos de pagamentos, Comunicados da área pedagógica, Informe de rendimentos, etc.

Diário do Professor

Agora o Mestre poderá lançar todas as notas na nuvem! Ele terá a sua disposição:

- Conteúdo Programático;
- Notas das provas e trabalhos,
- Frequências;
- Fechamento da média.





MARK@UNIFORMES 10 ANOS

UNIFORMES PERSONALIZADOS

- ESCOLARES
- PROFISSIONAIS
- ESPORTIVOS

Sede Própria

Mark@Uniformes

Berçário Informatizado

Contato: (11) 2010-7369 / 2015-1243
www.markauniformes.com.br - marka@markauniformes.com.br



Feliz 2018

sieesp



Desde 1932 a serviço da

EDUCAÇÃO

sieesp Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo

sieeesp.com.br sieeesp@sieeesp.com.br



ANUNCIE NA REVISTA

Escola Particular

11 5583-5500

comercial@sieeesp.com.br

AGENDA DE OBRIGAÇÕES

• FEVEREIRO DE 2018 •

- | | | | |
|--------------|--|--------------|--|
| • 06/02/2018 | SALÁRIOS - ref. 01/2018 | • 20/02/2018 | INSS (Empresa) - ref. 01/2018
PIS - Folha de Pagamentos - ref. 01/2018
SIMPLES NACIONAL - ref. 01/2018 |
| • 07/02/2018 | E-Social (Doméstica) - ref. 01/2018
FGTS - ref. 01/2018
CAGED - ref. 01/2018 | • 23/02/2018 | COFINS - Faturamento - ref. 01/2018
PIS - Faturamento - ref. 01/2018 |
| • 09/02/2018 | ISS (Capital) - ref. 01/2018
EFD - Contribuições - ref. 12/2017 | • 28/02/2018 | IRPJ - (Mensal) - ref. 01/2018
CSLL - (Mensal) - ref. 01/2018 |

Dados fornecidos pela HELP - Administração e Contabilidade • helpescola@helpescola.com.br • (11) 3399-5546 / 3399-4385



TARIFA ZERO

Para Vale Refeição e Vale Alimentação.



Com a parceria da **Klima Corretora** junto ao **SIEEESP**, os benefícios mais desejados pelos funcionários estão com condições imperdíveis.



Gestão
100% online



Segurança



Praticidade

Solicite uma proposta.

Entre em contato com a Klima:

11. 5087-6522

www.klimaseguros.com.br

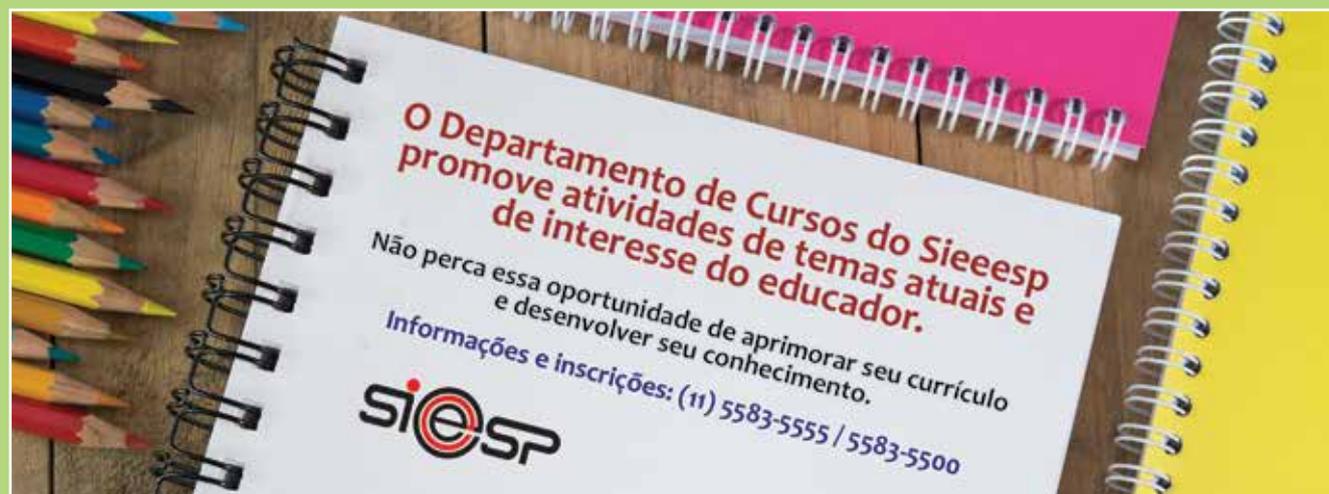


KLIMA
CORRETORA DE SEGUROS



CURSOS DE FEVEREIRO - 2018

CÓD.	DATA	TURNO	CURSO	PALESTRANTE
			EAD - FORMAÇÃO EM SECRETARIA ESCOLAR (curso totalmente online) INSCRIÇÕES => www.attamidia.com.br/ead-secretaria.php	CLAUDIA MARIA DE OLIVEIRA
			EAD - Transtornos de Aprendizagem (curso totalmente online) INSCRIÇÕES => www.attamidia.com.br/ead-secretaria.php	NADIA BOSSA
			EAD - Educação pela Pesquisa (curso totalmente online) INSCRIÇÕES => www.attamidia.com.br/ead-secretaria.php	PEDRO DEMO
			EAD - Educação Científica na Escola (curso totalmente online) INSCRIÇÕES => www.attamidia.com.br/ead-secretaria.php	MARCOS PIRES LEODORO
			EAD - Avaliação da Aprendizagem Escolar (curso totalmente online) INSCRIÇÕES => www.attamidia.com.br/ead-secretaria.php	CIPRIANO LUCKESI
5351	1 e 2	N	RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS MATEMÁTICOS	ROSANA NOGUEIRA E PAULO CÉSAR FREIRE
5352	2	M	SIMPLES NACIONAL	EDSON MESSIAS SANTOS
5353	3 SÁBADO	M	MÚSICAS PEDAGÓGICAS PARA DATAS COMEMORATIVAS	ELIANE GUEDES FERREIRA CARVALHAL
5354	5	N	ALFABETIZAÇÃO E MOVIMENTO: UM ATO LÚDICO	ANA MARIA ALOISE KACHVARTANIAN
5355	6	M	NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS - NEE	VINÍCIUS COSTA
5356	6	N	WORKSHOP: COMO FAZER UM PLANO EFICAZ PARA QUE SEUS DESEJOS SEJAM REALIZADOS EM 2018	MICHELE ALVES
5357	7 e 8	N	JOGOS NA ALFABETIZAÇÃO INICIAL	ARIANA COELHO RODRIGUES ROCHA
5358	20	M	CONCEITOS BÁSICOS DE PSICOLOGIA POSITIVA, EDUCAÇÃO EMOCIONAL, CORREÇÃO DE PENSAMENTOS DISTORCIDOS E OTIMISMO APRENDIDO	MIRIAM RODRIGUES
5359	20	N	TRABALHANDO AS PRÁTICAS LEITORAS	PAULA FURTADO
5361	21	N	WORKSHOP: GESTÃO, ORGANIZAÇÃO E PRODUTIVIDADE PARA SECRETÁRIAS	MICHELE ALVES
5362	22	M E T	O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO PEDAGÓGICA (COORDENADORES) (MODULO I)	CÉLIA REGINA GODOY
5338	22	N	BIBLIOTERAPIA: UM CUIDADO COM O DESENVOLVIMENTO DO SER MEDIANTE A LEITURA E NARRAÇÃO DE HISTÓRIAS (MODULO II)	CHRISTYANNE G. PAES DE BUENO
5363	23	M	O GÊNERO COMO CONSTRUÇÃO CULTURAL E A DESIGUALDADE CONSTRUÍDA E REFORÇADA	RENATA RIVITTI
5341	23	T	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A EDUCAÇÃO INFANTIL - QUAIS SÃO AS MUDANÇAS? (MODULO II)	DIVANI ALBUQUERQUE NUNES
5364	23	N	OFICINA DE MUSICALIZAÇÃO - UM LABORATÓRIO MUSICAL	MÔNICA VIEIRA
5365	24 SÁBADO	M	HISTÓRIAS DE BRINQUEDOS E LIVROS DIVERTIDOS	PAULA KNOLL
5366	24 SÁBADO	M	CONSTRUINDO CAMINHOS PARA DOCÊNCIA DE BEBÊS (MODULO I)	JONATHAS CESAR MULLER
5367	26 e 28	M E T	PLANO DE TRABALHO: ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	MEIRE CAVALCANTE
5368	26	N	OFICINA MEDIAÇÃO DE LEITURA COM ORIGAMIS	IRENE MITSUE TANABE
5340	27	M E T	O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR (GESTORES) (MODULO I)	CÉLIA REGINA GODOY
5369	27	N	PÁSCOA - ATIVIDADES PEDAGÓGICAS PARA SALA DE AULA	NEUSA CASTRO
5371	28	N	ENTRE ADAPTAR E ACOLHER - CONTEXTOS DE ACOLHIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	JONATHAS CESAR MULLER
Confirmar a presença sempre com antecedência.				
M= manhã(8h às 12h)/ T = tarde (13h30 às 17h30)/ N = noite (18h às 21h30)				
LOCAL DO SIEESP - Rua Benedito Fernandes, 107 - SANTO AMARO				
Informações e inscrições: (11) 5583-5500				



Cantinas Do Tio Julio

Administradora de cantinas da rede particular de ensino em todo o Brasil.



VOCÊ NÃO CONHECE?

Acesse:



www.facebook.com/cantinas.tiojulio
www.facebook.com/juliocesar.salles.3192
www.cantinasdotiojulio.com.br

Faça seu contato:

cantinasdotiojulio@gmail.com



MUITO MAIS QUE CONTABILIDADE.

Soluções completas para sua Instituição de Ensino.

Gerir uma instituição que compõe o **Terceiro Setor** pode ser muito mais simples. Conte com a experiência e a assessoria completa da Meira Fernandes.

Alguns diferenciais:

- Elaboração ou alteração do Estatuto Social para Organizações da Sociedade Civil;
- Acompanhamento e orientação constante da legislação aplicável ao Terceiro Setor;
- Assessoria na obtenção e manutenção de certificações nas esferas Federal, Estadual e Municipal;
- Atendimento especializado na aplicação das normas contábeis específicas para entidades sem fins lucrativos;
- Elaboração e acompanhamento de processos administrativos;
- Elaboração e formalização de Pedidos de Imunidade e de Isenção.

Com uma equipe especializada, sua Instituição poderá atender a todas as exigências legais para garantir os benefícios que a lei oferece.



Gestão e Soluções
para Instituições de Ensino

www.meirafernandes.com.br
comercial@meirafernandes.com.br
11 3513-5000
 meirafernandesoficial

